

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE PELA REPRODUÇÃO INDEVIDA
DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS NAS REDES SOCIAIS À LUZ
DOS DIREITOS AUTORAIS**

LARISSA HUAYCK LOBO

RIO DE JANEIRO

2017.2

LARISSA HUAYCK LOBO

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE PELA REPRODUÇÃO INDEVIDA
DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS NAS REDES SOCIAIS À LUZ
DOS DIREITOS AUTORAIS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Enzo Baiocchi.

RIO DE JANEIRO

2017.2

LARISSA HUAYCK LOBO

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE PELA REPRODUÇÃO INDEVIDA
DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS NAS REDES SOCIAIS À LUZ
DOS DIREITOS AUTORAIS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Enzo Baiocchi.

Data da Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientador Enzo Baiocchi

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2017.2

CIP - Catalogação na Publicação

LH874a Lobo, Larissa Huayck
ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE PELA REPRODUÇÃO
INDEVIDA DE CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS NAS REDES
SOCIAIS À LUZ DOS DIREITOS AUTORAIS / Larissa
Huayck Lobo. -- Rio de Janeiro, 2017.
71 f.

Orientador: Enzo Baiocchi.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

1. direitos autorais. 2. compartilhamento nas
redes sociais. 3. responsabilidade civil. 4. Marco
Civil da Internet. I. Baiocchi, Enzo, orient. II.
Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho à minha família pelo apoio, compreensão, cumplicidade e amor que demonstram incondicionalmente em cada etapa até chegar aqui.

AGRADECIMENTOS

Por trás de um triunfo individual existe uma grande equipe. Ao longo desses anos contei com pessoas que acreditaram no meu potencial e nunca me deixaram desistir.

Gostaria de agradecer aos meus familiares, em especial meus pais, Marcelus e Sônia Cristina, que me educaram e me fizeram acreditar em sonhos, pois eles são realizáveis, basta ter responsabilidade, comprometimento e dedicação.

Aos meus irmãos, Lara e José Victor, que me apoiaram com pequenas palavras e sorrisos.

Agradeço também ao meu namorado, Ender, por todo o amor e incentivo, ao mostrar que eu sou capaz de conquistar tudo o que eu desejo.

Ao meu orientador, professor Enzo Baiocchi, por ter sido um professor maravilhoso, sempre pronto para auxiliar seus alunos.

E finalmente agradeço a Deus, por proporcionar estes agradecimentos a todos que tornaram minha vida mais afetuosa, além de ter me dado uma família maravilhosa e amigos sinceros.

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis." (José de Alencar)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a responsabilização pelo compartilhamento indevido de conteúdos pelas redes sociais à luz dos direitos autorais. A monografia em questão examina a Lei de Direitos Autorais, nº 9.610/98 na atualidade, verificando como os direitos autorais são protegidos no ambiente virtual, e analisa possíveis falhas na lei atual, por entender que esta é obsoleta em comparação com as mudanças ocorridas ao longo dos anos, com o advento da tecnologia, principalmente a internet e as redes sociais. Analisa, ainda, as mudanças legislativas ocorrentes nos últimos anos como tentativas de se adaptar à era digital e aponta se o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/14, alterou em algum aspecto a proteção dos direitos autorais na *web*. O Método de abordagem do presente trabalho é o hipotético-dedutivo, pois verifica hipóteses formuladas para responder aos problemas da pesquisa. Assim, foi demonstrado que o Marco Civil da Internet não visa proteger os direitos autorais, ressaltando ainda que para tanto é necessário a elaboração de uma lei específica. Por fim, foi analisada a responsabilidade civil, verificando em que casos ela pode recair aos provedores de internet e se eles podem responder por danos causados por terceiros.

Palavras-chave: direitos autorais; internet; compartilhamento de conteúdos; redes sociais; responsabilidade civil; Marco Civil da Internet.

ABSTRACT

The present work analyzes the responsibility of illegal uses of intellectual works by social networks, based on the Brazilian Copyright. The monograph examines the Brazilian Copyright Act (Law nº 9.610/98), verifying how it is protected on the internet and possible flaws in the current law, considering that it is old in face of changes brought about by technology, especially the internet and social networks. It also analyzes the legislative changes that have occurred in recent years as attempts to adapt to the digital era and identifies if Brazil's Internet Bill of Rights (Law nº 12.965 /14), has altered the protection of copyright on the web. The approach of the present work is the hypothetico-deductive, because it verifies hypotheses formulated to answer the problems of the research. Therefore, it has been demonstrated that the Brazil's Internet Bill of Rights do not protect the copyrights. Finally, the civil liability was analyzed, verifying in what cases it may fall to Internet providers and if they can respond for damages caused by third parties.

Keywords: Brazilian Copyright; Internet; social networks; civil liability; Brazil's Internet Bill of Rights; reproduce intellectual works.

LISTA ABREVIATURAS

APL Anteprojeto de Reforma da Lei de Direitos Autorais

CF Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

LDA Lei de Direitos Autorais, Lei nº 9.610/98

MCI Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/14

STJ Superior Tribunal de Justiça

AgRg Agravo em Recurso Regimental

AREsp Agravo em Recurso Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 DIREITOS AUTORAIS E A REPRODUÇÃO INDEVIDA DE CONTEÚDOS NAS REDES SOCIAIS	13
1.1 Propriedade intelectual e os direitos autorais, conceito e histórico.....	13
1.2 Difusões da informação no meio digital.....	19
1.3 Reprodução indevida de conteúdos nas redes sociais	22
1.4 Formas de violação das normas de direitos autorais	26
1.4.1 Plágio	26
1.4.2 Contrafação	27
1.4.3 Pirataria	27
CAPITULO 2 PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET.....	29
2.1 Lei de Direitos Autorais nº 9.610/9829	
2.1.1 Falhas da Lei de Direitos Autorais para o ambiente virtual	36
2.1.2 Projeto de lei para a reforma do direito autoral "abandonado"	41
2.2 Marco Civil da Internet, Lei 12.965/14	42
CAPÍTULO 3 RESPONSABILIDADE PELOS CONTEÚDOS COMPARTILHADOS NAS REDES SOCIAIS	49
3.1 A responsabilidade civil do provedor de conteúdo e do provedor de aplicação da internet.....	49
3.2 Análise jurisprudencial do Recurso Especial nº 1.512.647- MG	57
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

O tema sobre o qual se pretende discorrer na presente monografia é bastante atual. Ele foi escolhido, pois tem por base a análise da atribuição da responsabilidade pela divulgação de conteúdos pelas redes sociais quando não há o respeito às normas de proteção aos direitos autorais.

Para tanto, será analisada a compreensão do que seja o instituto dos direitos autorais, do que ele representa na era da informação digital e da sua aplicabilidade nesse contexto, principalmente no que diz respeito às redes sociais.

Assim, o ponto relevante pelo qual o presente trabalho se baseia é ressaltar a necessidade de uma nova proteção aos direitos autorais, verificando que o avanço tecnológico por conta da internet promoveu mudanças no meio de comunicação e deixou a atual norma obsoleta.

Nesse sentido, para averiguar a atribuição da responsabilidade acima descrita, será abordada ao longo da presente monografia a responsabilidade civil por reproduções na Internet para que seja possível verificar como é realizada a responsabilização por conteúdos compartilhados de forma indevida nas redes sociais.

Em um segundo momento, será verificado a aplicabilidade dos direitos autorais na Internet, em relação a efetividade em proteger os interesses individuais e será analisada a liberdade de acesso à informação. Portanto, o que se quer é obter uma resposta à seguinte indagação: qual a aplicabilidade dos direitos autorais na Internet e a quem é atribuída a responsabilidade pelo compartilhamento de conteúdos ilícitos via redes sociais.

Partindo-se do pressuposto de que os direitos autorais devem encontrar aplicabilidade na Internet, deverão ser identificados os casos em que há a sua

incidência sobre as obras intelectuais que são ali disponibilizadas. Com efeito, ao afirmar-se que tanto a liberdade de acesso à informação quanto o direito autoral devem coexistir na rede digital, infere-se que haverá situações nas quais umas dessas garantias sofrerá alguma limitação, sempre em prol daquela que fora preterida.

Nessa linha de pensamento, haverá a análise da reprodução das obras literárias, artísticas e científicas na Internet.

Desse modo, posteriormente será verificado os desdobramentos ocorridos com o advento da Internet, e a necessidade de elaboração de uma norma específica para a proteção dos direitos autorais na *web*.

Por fim, após a verificação da aplicabilidade das normas atuais no ambiente digital e uma possível criação de lei específica sobre o assunto, será analisada a responsabilidade civil por reproduções nas redes sociais, identificando como a jurisprudência vem aplicando as normas atuais para proteger o interesse da sociedade e do autor da obra.

CAPÍTULO 1 DIREITOS AUTORAIS E A REPRODUÇÃO INDEVIDA DE CONTEÚDOS NAS REDES SOCIAIS

1.1 Propriedade intelectual e os direitos autorais, conceito e histórico.

A Propriedade Intelectual está associada com a proteção das criações produzidas pelas pessoas e, tem como objetivo garantir aos seus autores o reconhecimento pela autoria de determinadas obras. Ou seja, ela regula as relações jurídicas advindas do intelecto, conferindo direitos sobre um determinado bem a uma determinada pessoa.

De acordo com a definição atribuída pela Convenção da OMPI¹ extraída da obra de Denis Borges Barbosa:

A Propriedade Intelectual é o conjunto de direitos relativos às obras literárias, científicas e artísticas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico².

As normas que regulam a Propriedade Intelectual se dividiram em dois sub-ramos, cada um com uma legislação própria, quais sejam: Propriedade Industrial e os Direitos Autorais.

No que diz respeito à Propriedade Industrial, é válido destacar que esse ramo do direito abrange criações intelectuais com o intuito de servirem a uma atividade industrial, por exemplo: patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e etc. Ou seja, são as criações desenvolvidas a partir de um interesse prático ou estético.

¹ Organização Mundial da Propriedade Intelectual, "a partir de 1967, constituiu-se como órgão autônomo dentro do sistema das Nações Unidas"

² BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2003.

Portanto, podemos entender que a criatividade é a base do Direito Autoral, pois segundo Ascensão “a tutela extensa do direito de autor só é justificada pela criatividade, pelo que, se não houver uma base de criatividade, nenhuma produção pode franquear os umbrais do Direito de Autor”³.

Já para Gandelman o Direito Autoral é “um dos ramos da ciência jurídica que, desde os seus primórdios, e até na atualidade, sempre foi e é controvertido, pois lida basicamente com a imaterialidade característica da propriedade intelectual”⁴. Verifica-se pela sua obra que os Direitos autorais tentam suprir as necessidades das comunidades acompanhando as evoluções tecnológicas ao longo dos séculos. Assim, passaremos a analisar de forma breve as mudanças nas concepções dos direitos autorais ao longo da história:

Antigamente, até o ano de 1450, existia uma carência de normas reguladoras dos direitos autorais, uma vez que não era reconhecida aos autores a exploração econômica das artes produzidas. Ainda, é válido lembrar que as artes produzidas nessa época eram retratadas por meio de pinturas, esculturas, dramaturgia, arquitetura e etc., não havendo uma produção em massa dos artigos e, por isso, não havia uma preocupação em tutelar os direitos autorais.

Em Roma, durante a Idade Média, a Igreja detinha o monopólio cultural e, as obras eram feitas por meio de manuscritos, reproduzidas por monges copistas. Esses copistas, ao contrário dos autores eram remunerados pelo seu trabalho, pois eles tinham a finalidade de guardar e preservar obras da época, as quais eram de interesse da Igreja. Gandelman destaca que aos autores “só eram reconhecidas a glória e as honras, quando lhes respeitavam a paternidade e a fidelidade ao texto

³ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 3.

⁴GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 27.

original" ⁵. Portanto, durante essa época não houve grandes evoluções quanto aos Direitos Autorais.

Na Grécia, conforme dispõe Alexandre Pires Vieira o plágio já era praticado e, apesar de não existir consequências civis ou penais, havia uma condenação moral quanto a essa violação. Ademais, foi somente na Grécia antiga que surgiu a revolução da palavra escrita⁶.

Os Direitos Autorais como entendemos hoje só passou a ser protegido quando ocorreu a invenção da prensa por Gutenberg, no século XV, pois é a partir desse momento que ocorre a reprodução em escala das obras, até então transcritas à mão⁷. Toda essa mudança tornou necessária a criação de alguma normatização específica quanto à reprodução das obras em escala até então inimaginável.

É válido destacar que a proteção em questão não era voltada para o direito autoral em si, mas sim para as editoras que queriam autorização para reproduzir as obras, visando à exploração econômica advinda da reprodução das obras produzidas.

Posteriormente, na Inglaterra o *copyright*, através do *Copyright Act* de 1790, regulamentou o direito de cópia como mecanismo efetivo de proteção à criação intelectual. Assim, de maneira pioneira esse regimento conferiu também aos autores das obras, e não somente aos editores, o direito exclusivo de cópia e reprodução. O *copyright* tinha como prerrogativa a proteção das cópias impressas por 21 anos, contados a partir da impressão e, as obras não impressas eram protegidas por apenas 14 anos⁸. Além disso, o *Copyright Act* serviu como inspiração de outras normas e jurisprudências relacionadas aos Direitos Autorais por toda Europa no século XVIII.

⁵GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 29.

⁶VIEIRA, Alexandre Pires. *Direito Autoral na Sociedade Digital (Versão Beta)*. São Paulo, 2011, p.11.

⁷GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 28.

⁸ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 3 1.

Segundo análise de Manuella Santos (2010, apud ALEXANDRE PIRES VIEIRA, p.16) o *Copyright Act* apresentou três méritos principais:

- a- transformou o direito de cópia dos livreiros em um instrumento de regulação comercial, mais voltado à promoção do conhecimento;
- b- criou o domínio público;
- c- permitiu que os autores depositassem os livros em seu nome, tirando-os do anonimato e remunerando-os por seu trabalho intelectual.

Logo, tornou-se umas das principais referências da proteção dos direitos autorais existentes na época.

Consequentemente, a Revolução Francesa estabeleceu o caráter moral do direito autoral ao entender que a obra não pode ser reproduzida ou modificada sem o consentimento deste. É nesse contexto que surge o conceito de inalienabilidade dos direitos autorais, assim como a proteção que passa a se estender por toda vida do autor. Baseando-se nesses conceitos e absorvendo ideias do ordenamento jurídico inglês surge o *Droit d'Auteur*⁹.

Já a legislação Norte Americana de direitos autorais, também conhecida como *Copyright Act* de 1776, sofreu uma forte influência do *Copyright* inglês. Tal medida era tão importante que inclusive veio a fazer parte da Constituição dos Estados Unidos, mais especificamente na cláusula que aborda sobre o progresso da ciência e das artes. Tornando-se também uma das principais influências da época.

Dessa forma, atualmente, é cabível dizer que existem duas origens para os sistemas de direitos autorais: o inglês e o francês.

Além disso, com o surgimento de novas tecnologias e o aumento das criações intelectuais, a necessidade por uma maior regulamentação dos direitos autorais se fez necessária, tendo em vista o alcance internacional. Desse modo, os países buscaram uma harmonia entre as proteções e garantias aos direitos autorais.

⁹GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais das origens à era digital*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 2001. p. 30.

Nesse cenário de expansão surgiram, então, diversos tratados, acordos e convenções importantes sobre a evolução do Direito Autoral, os quais tinham como objetivo a regulação num âmbito internacional para que fosse possível num consenso sobre o tema. O principal deles, considerado um dos principais marcos do Direito Autoral, é o de Berna¹⁰. Na Convenção de Berna, celebrada na Suíça, diversos países estabeleceram normas para aplicação dos Direitos Autorais relativas à proteção das obras literárias e artísticas. A França tinha o desejo de criar uma “lei universal de direitos autorais”, fundada em ideais de direito natural.

Além disso, é válido destacar também outro acordo que foi de grande relevância para o cenário internacional atual do Direito Autoral, que é o Acordo TRIPS¹¹ ou Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Esse acordo tem por objetivo estabelecer normas e procedimentos para a proteção dos Direitos Autorais para todos os membros da OMC, em especial aqueles que envolvem o direito moral do autor¹².

No Brasil o Direito do Autor se desenvolveu mais tardiamente. No período colonial a imprensa era proibida e havia uma censura quanto à produção intelectual, tendo em vista que ser de interessante ao governo que as pessoas se mantivessem ignorantes para que fosse mais fácil manter o seu domínio e dependência.

Após a declaração de independência do país foi decretada uma Lei em 1927 em que estabelecia cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Essa Lei concedeu aos professores das universidades o direito sobre suas obras, conforme dispõe o artigo 7º:

Art. 7.º - Os Lentes farão a escolha dos compêndios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, contanto que as doutrinas estejam de acordo com o sistema jurado pela Nação. estes compêndios, depois de aprovados pela Congregação, servirão interinamente; submetendo-se

¹⁰ Convenção da União de Berna (de 09 de setembro de 1886, revista em Paris, em 24 de julho de 1971).

¹¹ *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*

¹² FRAGOSO, João Henrique da Rocha. *Direito Autoral: Da Antiguidade à Internet*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 108.

porém à aprovação da Assembléia Geral, e o Governo os fará imprimir e fornecer às escolas, competindo aos seus autores o privilégio exclusivo da obra, por dez anos.

Posteriormente, em 1830, o Código Criminal do império, em seu artigo 261¹³, tutelou o crime de violação aos direitos autorais. Eram proibidos, por meio da legislação penal e não civil, a reprodução de escritos ou estampas criados, compostos ou traduzidos por cidadão brasileiro¹⁴.

Na vigência do Código Penal de 1890 a tutela dos direitos autorais foi mantida na esfera penal, dispondo em seus artigos 342 a 350 a respeito da violação dos direitos da propriedade literária e científica. Tal código foi inspirado nos códigos francês e português e, a sua principal inovação foi a exigência da autorização do autor ou o detentor dos direitos da obra para que ocorressem as traduções.

Entretanto, foi apenas em 1891 que os direitos autorais ganharam uma tutela constitucional do Brasil. No artigo art. 72, § 26, a Constituição vigente na época estabeleceu: “Aos autores de obras literárias e artísticas é garantido o direito exclusivo e reproduzi-las pela imprensa ou por qualquer outro processo mecânico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar”¹⁵. Portanto, verifica-se que só foi garantida aos autores a reprodução exclusiva de suas obras.

Sucessivamente, com advento do Código Civil de 1916, o direito autoral passou a ser tutelado pelo Direito Civil. A lei anterior foi revogada e o Direito Autoral passou a ser regulamentado no artigo 524, parágrafo único, no capítulo da Propriedade em Geral:

¹³Art. 261. Imprimir, gravar, lithographar ou introduzir quaesquer escriptos ou estampas que tiverem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois de sua morte, se deixarem herdeiros. Pennas: Perda de todos os exemplares para o autor ou traductor, ou seus herdeiros, ou, na falta delles, do seu valor e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares. Se os escriptos ou estampas pertencerem a corporações, a proibição de imprimir, gravar, lithographar ou introduzir, durará sómente por espaço de dez annos.

¹⁴ VIEIRA, Alexandre Pires. *Direito Autoral na Sociedade Digital (Versão Beta)*. São Paulo, 2011, p.29.

¹⁵ VIEIRA, Alexandre Pires. *Direito Autoral na Sociedade Digital (Versão Beta)*. São Paulo, 2011, p.31.

Art. 524. A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua.

Parágrafo único. A propriedade literária, científica e artística será regulada conforme as disposições do Capítulo VI deste Título.

Surgiram desde então diversas leis esparsas, as quais tinham como objetivo tutelar os direitos autorais e temas relacionados.

Em 1973, a Lei n.º 5.988, criada com o objetivo de regular os direitos autorais, trouxe diversas inovações para o Brasil a respeito desse tema, pois solucionava controvérsias existentes a respeito da tutela dos direitos autorais. Apesar de essa lei ter surgido num contexto em que o Brasil passava por uma forte repressão intelectual, ela demonstrou bastante inovadora. Essa lei, por exemplo, reuniu disposições de normas anteriores e adequou às diretrizes da Convenção de Berna. Por exemplo, inovou ao estender os direitos autorais para a vida do autor e de seus sucessores¹⁶. Tal dispositivo ficou vigente até a edição da Lei 9610/98, que regula os Direitos Autorais nos dias de hoje.

Diante do exposto e analisando o comportamento jurisdicional com a evolução histórica dos direitos autorais, é possível verificar que ao longo dos anos as mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais passa uma sociedade influenciam de forma direta nas suas relações jurídicas. Ou seja, as transformações ocorrem devido à necessidade em adaptar a legislação vigente a nova realidade de determinada comunidade, tendo em vista que esta pode não ser suficiente para garantir a proteção do bem tutelado. Assim, concluímos a princípio que o direito progride com a evolução tecnológica.

1.2 Difusões da informação no meio digital

Conforme analisado, estamos presenciando uma era da evolução humana em que o desenvolvimento tecnológico influencia de forma direta no crescimento e transformações sociais. Os avanços nos meios de comunicação permitem a reunião

¹⁶ VIEIRA, Alexandre Pires. *Direito Autoral na Sociedade Digital (Versão Beta)*. São Paulo, 2011, p.34.

de informações com maior facilidade, possibilitando cada vez mais a manifestação de novos conteúdos e a criação de conceitos ou reformulação daqueles já existentes. Sendo assim, construiu-se nos últimos séculos um cenário ideal para a difusão de conhecimentos, pois diante do quadro evolutivo das conexões globais é inegável a ocorrência de maiores divulgações e acesso às obras intelectuais.

Nesse sentido, verificando o desenvolvimento das inovações podemos destacar a Internet como uma das principais tecnologias que permitem propagação de conteúdos em grande escala. Assim, são nessas circunstâncias que a difusão de informações gera desafios às regras jurídicas que hoje protegem os direitos autorais¹⁷.

A Internet é a rede mundial de computadores que se interligam em milhões de dispositivos ao redor do mundo. Segundo o dicionário, é um conjunto de redes de computadores ligados entre si por roteadores e gateways, cujos principais serviços oferecidos são o correio eletrônico, o chat e a *web*, e que é constituída por um conjunto de rede de computadores interconectados que utilizam o protocolo de transmissão¹⁸.

É pela da internet que surgiram novas formas de interação, tendo em vista a expansão das possibilidades de exploração dos veículos de comunicação. É por ela que foram promovidos diferenciados métodos para obter informações com o objetivo de articular a inclusão social, descentralização, cultura e educação. Da mesma maneira, de acordo com Pedro R. Doria (Bibliografia 29, pág. 33), conforme citado por Gandelman "a internet é um banco de dados ao qual estamos sempre incluindo novas informações"¹⁹.

Nesse contexto, tendo em vista que a internet possui uma influência tão grande no nosso cotidiano, sendo um dos elementos mais relevantes para a

¹⁷GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais das origens à era digital*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 2001. p. 150.

¹⁸FERREIRA, Aurélio. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Belo Horizonte, 1995.

¹⁹GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais das origens à era digital*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 2001. p. 151.

disseminação de informações e conteúdos, Manuel Castells definiu a importância da internet para os dias atuais da seguinte forma:

A internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana²⁰.

Assim, é inegável a revolução no conhecimento proporcionou mudanças sociais e culturais por conta da internet e o desenvolvimento de outras tecnologias.

Desse modo, a evolução tecnológica se tornou um marco social e, dentro da *web*, diversos sites surgiram objetivando facilitar, bem como inovar as formas de interações interpessoais. Nesse sentido, podemos considerar que a expansão da rede está associada à grande disponibilidade de serviços nos dias atuais promovidas pelos provedores de internet, principalmente aqueles denominados de redes sociais, responsáveis pelas interações pessoais dentro do ambiente virtual e facilitador das trocas de informações.

Esses provedores são os que hoje chamamos de sites. São os sistemas que interligam o usuário à rede, conectando-o à internet. O provedor, nesse caso, oferece serviços de conexão de forma pessoal intransferível, permitindo o acesso do consumidor à internet.

Conforme classifica Marcel Leonardi, "o provedor de serviço é gênero, podendo ser pessoa natural ou jurídica, que fornece serviços relacionados ao funcionamento da internet. Esse não pode ser confundido com as demais categorias, as quais são classificadas como espécie"²¹.

Então, é necessário compreender que o provedor de serviço não pode ser confundido com as demais categorias. Nesse sentido, para a presente monografia é importante compreender o conceito de apenas alguns deles:

²⁰CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

²¹Leonardi, Marcel. *Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

O provedor de acesso, ou provedor de conexão, é um sistema que interliga o usuário à rede, conectando-o à internet. O provedor, nesse caso, oferece serviços de conexão de forma pessoal intransferível, permitindo o acesso do consumidor à internet. Aqui é estabelecido um contrato de prestação de serviços entre o provedor e o usuário, mas apenas há uma relação de consumo. Não havendo correlação com o conteúdo que esse usuário acessa ou disponibiliza no ambiente virtual.

Já os provedores de conteúdo têm a finalidade de obter, armazenar e organizar informações para acesso on-line de usuários através da Internet. São aqueles que reproduzem conteúdos disponibilizados ou criados pelos provedores de informação. Ou seja, os provedores de conteúdo são os denominados *websites*.

Os provedores de informação são os autores do meio virtual. São eles que criam e reproduzem os conteúdos disponibilizados na internet. Normalmente são pessoas naturais que tem uma conta em uma rede social ou são donos de sites. Portanto, são eles os verdadeiros autores dos conteúdos da *web*.

Nesse sentido, as redes sociais estão inseridas no conceito de provedores de conteúdos que são alimentados pelos seus usuários por meios de perfis que podem ser classificados como provedores de informações. Portanto, nesse contexto, surge a dúvida quanto à quem recairia a responsabilidade pelo compartilhamento indevido de obras intelectuais nesse meio, tema da presente monografia,

1.3 Reprodução indevida de conteúdos nas redes sociais

As redes sociais são páginas da internet de interação social, as quais visam proporcionar comunicação entre os seus usuários que buscam interesses em comum. Segundo Patricia Recuelo, em seu estudo sobre comunidades em redes sociais na internet, as redes sociais "são as redes de atores formadas pela interação

social mediada pelo computador" ²². Ou seja, são relacionamentos interpessoais formados dentro do ambiente virtual.

Atualmente, as redes sociais podem ser consideradas como uma revolução no âmbito das relações interpessoais, pois são capazes de incentivar a comunicação, bem como o compartilhamento de diferentes conteúdos, como informações, músicas, fotos e vídeos. Além disso, a tecnologia está tão difundida nas comunidades que a interação ocorre numa proporção em que mensagens e conteúdos são compartilhados quase em tempo real. Percebe-se, então, que esses recursos facilitam ainda mais a comunicação entre as pessoas, bem como a troca de informações e arquivos, utilizando-a para inúmeras finalidades no cotidiano.

Sendo assim, houve um crescimento extraordinário de pessoas que hoje utilizam as redes sociais no seu dia a dia, além de ter aumentado, também, o número de sites disponíveis na *web*. Assim, podemos considerar que a expansão da rede está relacionada à grande disponibilidade de serviços ofertados pelos provedores de internet, principalmente aqueles denominados de redes sociais.

Assim, entende-se que as redes sociais são provedores que são alimentados pelos seus usuários através dos perfis individuais, pois diferentemente dos outros *websites*, as redes sociais possuem uma plataforma horizontal, em que os próprios usuários conseguem alimentar o conteúdo disponibilizado, além de incentivar a interação entre si.

Portanto, compreende-se a rede social é composta por páginas criadas pelos seus integrantes, que as utilizam para interagir com outros perfis da mesma rede, compartilhando e divulgando conteúdos. Assim, ocorre a difusão e a criação de um novo canal para acessar informações e a cada dia se tornam mais populares.

Diante da facilidade de expor dados e compartilhar conteúdos alheios, as informações disponibilizadas nesse meio de comunicação nem sempre respeitam os

²²RECUERO, Raquel da Cunha. *Comunidades em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no Fotolog.com*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

direitos autorais. Assim, é comum que as pessoas acabem se apropriando de informações sem indicar a fonte original, chegando até a assumir a autoria de determinadas obras.

Devido a internet ser um ambiente livre, ocorre uma discussão se a normatização atual seria suficiente. Segundo Curi:

“Pela facilidade com que as obras colocadas na rede podem ser copiadas, transmitidas e armazenadas e, pela fragilidade dos sistemas de segurança atualmente disponíveis, é de se perguntar se, neste novo século, ainda irá se discutir por muito tempo Propriedade Intelectual em relação à Internet”²³.

É importante ressaltar que muitas vezes os conteúdos disponibilizados nas redes sociais são compartilhados de forma não profissional e sem um viés lucrativo. As informações que circulam na internet variam desde vídeos amadores até músicas de artistas conhecidos e filmes, que circulam no mesmo ambiente virtual e, por isso, tem a mesma capacidade para atingir as pessoas. Dessa forma, é válido salientar que para fins de proteção do direito autoral tudo é considerado uma obra, não havendo diferença se o conteúdo foi produzido de forma amadora ou profissional.

Nesse sentido, qualquer conteúdo que tenha sido copiado pelo usuário será considerado uma infração aos direitos autorais, ao menos que pertença ao domínio público²⁴ ou faça a indicação correta do verdadeiro autor da obra.

Esse fato, em conjunto com a facilidade de circulação das informações, corrobora com uma possível violação aos direitos anteriormente mencionados. Portanto, nesse contexto, em meio a esse panorama comunicacional, é inegável que o aumento expressivo de modalidade de compartilhamento preocupa aqueles que dispõem os conteúdos na *web*.

²³ CURI, Claudia. *O direito autoral e sua tutela penal na internet*. Direito net. 2004. Disponível em :<<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1639/O-direito-autoral-e-sua-tutela-penal-na-internet>> Acessado em 11/10/2017.

²⁴ São consideradas obras de domínio publico aquelas em que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais e as obras de autores falecidos sem sucessores e as de autor desconhecido.

Assim, tratando-se de reprodução, é possível compreender que o acesso a cópias perfeitas a um custo muito reduzido tenha atraído diversos usuários da rede. Por isso, a distribuição não autorizada desses conteúdos faz com que os autores deixem de receber os lucros provenientes da obra que criaram, trazendo prejuízos. Dessa forma, é nítido que esse tipo de conduta deve ser coibida.

Existe uma concepção social de que o que está na internet não tem dono, ou que seria possível ter acesso a inúmeras informações sem se preocupar com leis reguladoras nesse espaço virtual. Tal fato não pode ser considerado verdadeiro, pois não é possível copiar tudo o que está disponível na internet, apesar da facilidade de acesso e de compartilhamento.

Portanto, é necessário verificar que mesmo se tratando de um ambiente plural, existem regras que devem ser respeitadas no ambiente virtual. Apesar da fiscalização e repressão ser mais difícil, quando se trata de violações aos direitos autorais, é necessário enfatizar que a internet não é um espaço sem regras.

Nathália Ceratti Scalco, em seu trabalho "Direito autoral na Internet (Encontro e Desencontros)"²⁵, diz que uma das causas para que as pessoas publiquem conteúdos na internet que não são de sua autoria, consiste na fragilidade que o sistema apresenta no registro e armazenamento do acesso, assim como no rastreamento de usuários e de IP's.

Nesse sentido, essas dificuldades apresentadas corroboram com o obstáculo em identificar o autor do ato ilícito cometido na internet, demonstrando que ocorre uma falha nas leis autorais vigentes pela dificuldade de identificar os responsáveis pelo compartilhamento indevido de conteúdos no meio virtual.

Nesse sentido, mesmo sendo carente de proteção integral, tendo em vista as constantes mudanças ocorrentes pelo desenvolvimento da tecnologia e a rapidez

²⁵SALCO, Nathália Ceratti, *Direito Autoral e Internet (Encontros e Desencontros)*, Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013, p.9.

com que a informação circula na *web*, deve ser entendido que não ocorre uma impunidade quanto à responsabilidade pelos conteúdos que disponibilizam nessas redes. Isso leva a violações, como a que estamos estudando no presente trabalho.

1.4 Formas de violação das normas de direitos autorais:

Assim como ocorre fora da internet, o conteúdo autoral pode ser violado de diversas formas no meio virtual, principalmente quando o compartilhamento das informações ocorre nas redes sociais. Portanto, analisaremos brevemente as modalidades de desrespeito às normas de direitos autorais:

1.4.1 Plágio

Entende-se como plágio o ato de copiar e se apropriar de um conteúdo produzido por terceiros como se fosse seu. Praticamente, o plágio ocorre quando há a apropriação do trabalho de outro sem informar os créditos do autor original. Essa violação pode ocorrer em qualquer forma de conteúdo, como livros, vídeos, fotos, textos, desenhos e etc.

É importante salientar que não é necessário copiar de forma integral o conteúdo para ser classificado como plágio. A cópia de parte da obra sem atribuição de créditos também caracteriza como uma infração aos direitos autorais, na forma de plágio. Sendo assim, ainda que ocorra uma releitura da obra, caso ocorra referências quando a algum conteúdo produzido por terceiros, é necessário indicar o autor originário daquele conteúdo.

Ainda, conforme define aponta Menezes²⁶, para Valério de Sntis, citado por Bruno Jorge, o plágio seria "reprodução parcial e levemente disfarçada dos elementos criativos de uma obra alheia, acompanhada de usurpação de paternidade".

²⁶ MENEZES, Elisângela Dias. *Curso de direito autoral*. Belo Horizonte: Del Rey. 2007, p.132

Ademais, conforme dispõe o artigo 184 do referido diploma legal. O plágio é considerado crime pelo Código Penal.

1.4.2 Contrafação

Já a contrafação, que é regulada pela Lei de Direitos Autorais nº 9610/98, é compreendida como a reprodução não autorizada de obras de terceiros, conforme dispõe no artigo 5º, VII ²⁷.

É muito importante salientar que segundo o artigo 24, II da LDA todo autor tem o direito de ser indicado em suas obras, assim como pelo artigo 102 possui o direito de ser indenizado. Dessa forma, tais artigos devem ser observados em casos de contrafação.

1.4.3 Pirataria

A pirataria consiste em apresentar como própria, obra intelectual de outra pessoa, não se fazendo, obviamente, qualquer referência à fonte inspiradora, caracterizando a atribuição dos créditos de determinada obra para si. De acordo com o dicionário Aurélio, conforme determina Menezes "pode ser concebida como o ato de copiar obra, sem autorização do autor ou sem respeito de autoria de cópia, para fins de comercialização ilegal ou para uso pessoal" ²⁸.

Ainda, Gandelman²⁹ define pirataria como sendo:

à atividade de copiar ou reproduzir, bem como utilizar indevidamente – isto é, sem a expressa autorização dos respectivos titulares – livros ou outros impressos em geral, gravações de sons e/ou imagens, software de computadores, ou ainda, qualquer outro suporte físico que contenha obras intelectuais legalmente protegidas.

²⁷ Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

VII - contrafação - a reprodução não autorizada;

²⁸ MENEZES, Elisângela Dias. *Curso de direito autoral*. Belo Horizonte: Del Rey. 2007, p. 127.

²⁹ GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record. 2001, p. 89

Portanto, ainda que os casos de pirataria se desenvolvam na *web*, toda atividade de reprodução, armazenamento e distribuição física ou eletrônica de obras de natureza intelectual, reconhecidas pelo ordenamento jurídico, sem a expressa permissão do autor, com o objetivo de obter lucro, é considerado ilegal.

CAPITULO 2 PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS NA INTERNET

Para Gandelaman “A transformação das obras intelectuais para bits em nada altera os direitos das obras originariamente fixadas em suportes físicos”³⁰. Isso significa que para o autor as obras mesmo que em formato digital não estariam desamparadas e, portanto, as leis existentes seriam suficientes para proteger os conteúdos que circulam na internet.

Entretanto, o que Gandelman não leva em consideração o que será abordado a seguir na presente monografia.

Neste sentido, o presente capítulo será dividido em três partes: a primeira parte descreverá, como a Lei de Direitos Autorais regula a matéria no meio virtual, apontando as principais falhas e analisando o projeto de lei, atualmente engavetado, responsável por possíveis mudanças da norma; a segunda parte analisará o Marco Civil da Internet, apontando quais foram as mudanças trazidas com o advento dessa lei para os direitos autorais.

2.1 Lei de Direitos Autorais nº 9.610/98.

Tanto no mundo real como no virtual os direitos autorais no Brasil, hoje, são regulados pela Lei 9.610/98, conhecida como LDA. Ela possui como prerrogativa assegurar tanto os Direitos do Autor quanto os conexos, conforme estabelece o artigo primeiro: “Essa Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos”³¹.

Assim, a proteção da propriedade intelectual, de acordo com o disposto pela OMPI, tem a prerrogativa de encontrar um equilíbrio entre a vontade dos autores

³⁰ GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record. 2001, p. 234.

³¹ BRASIL. 1998 de fev de Brasília, DF. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. *Lei de Direitos Autorais*.

com o interesse público, para possibilitar o reconhecimento pela obra criada com permissão da circulação de informações aliadas a produção cultural³².

Além disso, destaca-se que a LDA atribuí um caráter patrimonial à obra intelectual além de defini-la como um bem móvel³³. Ademais, também é possível identificar um aspecto social no Direito de Autor, lembrando que também é aplicado o conceito de função social da propriedade³⁴, para as obras previstas no artigo 7º da Lei de Direitos Autorais³⁵:

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

- I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;
- III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§ 1º Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

³²COSTA, Thabata Filizola. *O plágio de obras constantes na internet*. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://thabatafc.jusbrasil.com.br/artigos/325237004/o-plagio-de-obras-constantes-na-internet>> Acessado em 20/10/2017.

³³ Lei 9.610/98 - artigo 3º. Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

³⁴O homem deve empregar esforços no sentido de dar sua contribuição ao bem estar da coletividade em detrimento dos interesses unicamente individuais. A função social, então está relacionada o acesso à cultura.

³⁵PIERRE, Luiz AA. *Direito de autor - Algumas limitações legais. Pensamento & Realidade*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA. ISSN. 2005. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8428>>. Acessado em 20/10/2017.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Portanto, não restam dúvidas que independente do meio em que a obra é disponibilizada ela deverá ser protegida pela LDA. O legislador, no *caput* do presente artigo, utilizou "conhecido ou que se invente no futuro" para tentar abranger a tecnologia que surgiria posteriormente a edição da norma³⁶. Contudo, por se tratar de um termo bem amplo é necessário verificar se a lei em vigor é a mais adequada para a proteção necessária.

Ainda quanto as formas de proteção dos direitos autorais na internet, ocorre a aplicação da a atual Constituição Federal Brasileira, a qual regula no artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII, incidentes sobre os direitos autorais, classificando-os como direitos fundamentais relacionados aos direitos patrimoniais.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes: (...)

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

Assim, a Lei de Direitos Autorais tem por objetivo regular relações jurídicas originadas de meios voltados à finalidade artística, culturais e direitos conexos. Nesse sentido, Carlos Alberto Bittar define o Direito Autoral como sendo "o ramo do Direito Privado que regula as relações jurídicas advindas da criação e da utilização

³⁶DE ARAÚJO, Elayne Cristina Machado; DE LIMA, Luiza Rosa Barbosa. *Direito Constitucional à Informação e Proteção à Propriedade Intelectual no Ciberespaço: (In) Eficácia do Regime Jurídico do Direito de Autor no Ciberespaço*. Revista Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, 2014. v. 5, n. 10, p. 57-76. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5aW2zfQ35-MJ:https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/download/259/241+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=BR>> Acessado em 20/10/2017.

econômica de obras intelectuais estéticas e compreendidas na literatura, nas artes e nas ciências³⁷".

Ainda, segundo Ascensão:

A lei brasileira impõe uma distinção entre o Direito do Autor e Direito Autoral. Direito do Autor é o ramo da ordem jurídica que disciplina a atribuição de direitos relativos a obras literárias e artísticas. O Direito Autoral abrange, além disso, os chamados direitos conexos do direito do autor.³⁸

Sendo assim, os Direitos de Autor são aquelas prerrogativas que o direito vai assegurar aos criadores de obras intelectuais, estabelecendo as possibilidades de exploração patrimonial que eles têm em relação aos conteúdos elaborados. Além disso, a lei também vai preservar os interesses daquelas pessoas que contribuem para a concretização das obras ou mesmo da sua divulgação.

Inclusive, está previsto no artigo 2º que os países que possuem acordos de reciprocidade com o Brasil também têm seus direitos autorais protegidos por essa Lei³⁹.

Entende-se que o Direito do Autor pode ser dividido em duas partes: a moral e a patrimonial, de acordo com o disposto no artigo 22 da Li de Direitos Autorais.

Dessa forma, os direitos morais do autor garantem a relação entre o criador e a obra, não sendo possível realizar negociações, doações, vendas, transferências e etc., conforme dispõe o artigo 27 da LDA, que assegura esse direito como sendo irrenunciável e inalienável. Nesse sentido, os danos morais são decorrentes do fato do autor desconhecer que sua obra circula sem sua autorização⁴⁰.

³⁷ BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 8.

³⁸ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997

³⁹ Lei 9.610/98 - artigo 2º: Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade na proteção aos direitos autorais ou equivalentes.

⁴⁰ MARCONDES, Thereza Cristina Bohlen Bitencourt. *Direitos autorais: nem tudo que está na internet você pode usar*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.39901&seo=1>>. Acesso em: 20/10/2017.

Já os direitos patrimoniais conferem a possibilidade de lucrar com a ideia criativa, permitindo a recompensa pela criação por meio da exploração econômica⁴¹. Observa-se que na LDA os direitos patrimoniais são tratados de forma genérica e os direitos morais taxativamente, conforme se verifica no artigo 24 desse dispositivo⁴².

Além disso, de acordo com a análise feita por Carlos Alberto Bittar, os direitos autorais não podem ser classificados como direitos reais, que possui como base os direitos patrimoniais, nem como direitos pessoais, os quais se relacionam com os direitos morais; mas sim como dois ramos do direito que se relacionam por sua natureza e finalidade, constituindo uma nova classificação de direitos privados⁴³.

Ainda, é válido destacar que a LDA dispõe sobre situações em que não haveria necessidade de sua aplicação por entender que determinadas obras seriam de relevante interesse social. Tais exceções não ofenderiam os direitos autorais se utilizadas conforme disposto na referida lei.

Dessa forma, como são medidas excepcionais, essas exceções são listadas de forma taxativa no artigo 46 dessa mesma lei⁴⁴. Assim, por essas exceções

⁴¹ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

⁴² *Lei nº 9.610/98 - Art. 24*: São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.

⁴³ BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004, p.8

⁴⁴ *Lei nº 9.610/98 - Art. 46*: Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

estarem dispostas na lei de forma tácita, não é possível estender para situações diversas daquelas elencadas nos incisos, pelo risco de incorrer em infração à lei de direitos autorais.

Desse modo, é importante destacar o que dispõe o inciso I do artigo 46 da LDA, que prevê que a reprodução de conteúdos na "imprensa diária ou Periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos" não constitui numa ofensa aos direitos autorais. Portanto, a imprensa é livre para compartilhar uma notícia desde que ocorra a citação da fonte de forma correta.

É válido ressaltar que o objetivo de impor exceções à regra, no presente, caso seria para promover o equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado, sendo certo que o autor em regra quer proteção máxima das suas obras e os

-
- a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;
 - b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;
 - c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;
 - d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;
 - II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;
 - III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;
 - IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;
 - V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;
 - VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;
 - VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;
 - VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores

cidadãos querem ter acesso livre às informações, promovendo benefício à coletividade.

Sendo assim, verifica-se, também, que é permitida a reprodução, por terceiros, integral ou parcial de uma obra desde que ocorra a autorização do autor de forma expressa, conforme dispõe o artigo 29, da referida lei:

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

- I - a reprodução parcial ou integral;
- II - a edição;
- III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
- IV - a tradução para qualquer idioma;
- V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
- VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;
- VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
- VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:
 - a) representação, recitação ou declamação;
 - b) execução musical;
 - c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;
 - d) radiodifusão sonora ou televisiva;
 - e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;
 - f) sonorização ambiental;
 - g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;
 - h) emprego de satélites artificiais;
 - i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;
 - j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;
- IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;
- X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

Pensando dessa forma, e analisando a Lei nº 9.610/98, é possível destacar que existem muitas semelhanças com a antiga lei de direitos autorais, Lei nº 5.988/73. Isso ocorre pois parte da norma vigente atualmente baseou-se na anterior.

Assim, é possível refletir que apesar de ter sido instituída uma nova lei de direitos autorais, muitos artigos foram reproduzidos do antigo regulamento. Nesse sentido, compreende-se que lei atualmente em vigor já foi sancionada de forma

defasada desde a sua promulgação, o que acarretou em falhas para a proteção nos dias atuais.

2.1.1 Falhas da Lei de Direitos Autorais para o ambiente virtual

A principal consideração a ser feita em relação à proteção do direito autoral ocorre quando há o questionamento sobre a necessidade da edição de uma nova lei que trate sobre o esse tema de forma mais específica no âmbito virtual. Assim, uma dúvida existente sobre a esse assunto seria se a adaptação das normas atuais é suficiente para proteger os direitos do autor na *web*. Para tanto, será feito uma análise das possíveis falhas da LDA no que tange a sua proteção quanto aos conteúdos disponibilizados nas mídias sociais.

Nesse sentido, é imperioso destacar a principal consideração a ser feita em relação à Lei 9.610/98, que é o quanto ela está antiquada.

Conforme já foi visto, a atual Lei de Direitos Autorais foi elaborada em um contexto anterior ao *boom* da era digital, em 1998, em uma época que não era possível prever o surgimento de inúmeras plataformas de compartilhamento de conteúdo. Assim, tal norma pode ser considerada anacrônica com relação à realidade social atual, não sendo a forma mais adequada para lidar com a celeridade da circulação de informações, ou até mesmo sendo insuficiente para a proteção dos direitos autorais⁴⁵.

Nesse sentido, é possível apontar como a primeira falha da LDA a falta de regulação específica quanto à forma de controle dos conteúdos disponibilizados nas redes sociais. Assim, toda segurança atribuída aos direitos autorais está baseada na punição imputada ao controle de cópias.

⁴⁵ MARTINS FILHO, Plínio. *Direitos Autorais na Internet A Internet e sua inserção no sistema de direitos autorais*. Scielo: São Paulo. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200011> Acessado em 21/10/2017.

Atualmente, o ordenamento jurídico fornece diferentes formas de coibir a violação aos direitos autorais, tendo em vista a facilidade em que é possível reproduzir uma obra cultural. Dessa forma, com a preocupação em proteger e evitar ao máximo a violação dos direitos autorais o aumento do controle das cópias fornecidas no ambiente virtual é cada vez mais evidente, ocorrendo, então o enrijecimento da legislação, conforme exemplifica o artigo 30 da Lei 9.610/98:

Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.

§ 1º O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.

§ 2º Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.

Nathália Ceratti Scalco diz que segundo Ronaldo Lemos e Sérgio Vieira Branco Júnior:

A lei brasileira de direitos autorais, Lei 9.610/98 (doravante designada LDA), é tida pelos especialistas no assunto como uma das mais restritivas de todo o mundo. Ao proibir a cópia integral de obra alheia, condutas que se afiguram corriqueiras no mundo contemporâneo são, a rigor, contrárias à lei. Por exemplo, diante dos termos estritos da LDA, quando uma pessoa adquire um CD numa loja, não pode copiar o conteúdo do CD para seu iPod, o que configura proibição incoerente com o mundo em que vivemos e com as facilidades da tecnologia digital. Na verdade, todo o sistema de proteção dos direitos autorais se funda na defesa do autor e na não utilização de sua obra, exceto mediante expressa autorização legal ou com seu consentimento. O fundamento principal é a importância de fornecer ao autor mecanismos de proteção à sua obra de modo a permitir que seja o autor devidamente remunerado e possa, diante dos proventos auferidos com a exploração comercial de sua obra, seguir produzindo intelectualmente⁴⁶.

Assim, ao analisar a referida lei é possível perceber que não há uma regulação efetiva a respeito das informações que são disponibilizadas. O que

⁴⁶ LEMOS, Ronaldo; BRANCO JÚNIOR, Sérgio Viera. *Copyleft, Software Livre e Creative Commons: A nova Feição dos Direitos Autorais e as Obras Colaborativas*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2796/Copyleft_Software_Livre_e_CC_A_Nova%20Feicao_dos_Direitos_Autorais_e_as_Obras_Colaborativas.pdf?sequence=1>. Acessado em 22/10/2017.

acontece, atualmente, no cenário eletrônico é que ficou muito difícil a fiscalizar as cópias que circulam nas redes sociais.

A cópia privada hoje é considerada uma violação à lei, porém o que não se sabe é quem foi o primeiro infrator que reproduziu determinada obra de forma ilícita. Sendo assim, tendo em vista que existem inúmeras formas de disponibilizar e replicar conteúdos das redes sociais é inegável que se torna quase impossível verificar quem são os integrantes dessa corrente de compartilhamento.

Dessa forma, de acordo com Leonardi “Se não há uma maneira de saber quem alguém é, onde ele está, nem o que fez ou esta fazendo, o sistema jurídico – que é dependente dessas informações para exercer sua força coercitiva – parece perder sua efetividade”⁴⁷.

Nesse sentido, a dificuldade em identificar a identidade de quem está reproduzindo os conteúdos no meio virtual compromete a eficácia da lei de proteção ao direito autoral vigente. Portanto, toda essa dificuldade ocorre, pois as normas criadas que regulam as violações aos direitos autorais é originário de uma realidade em que a reprodução acontece de forma física, o que não acontece no mundo virtual. Nesse sentido, a LDA é aplicada soberanamente, porém possui uma eficácia bem reduzida, pois para ser efetivada necessita de perícia realizada por técnicos em informática, policiais e etc.

Ainda, no ciberespaço, por ser um meio que permite ter acesso a conteúdos disponibilizados por autores de todo o mundo, é muito difícil que cada pessoa que for utilizar alguma obra de terceiro consiga uma autorização prévia. A internet e principalmente as redes sociais contribuíram para diminuir as fronteiras entre os países, ao passo que por mais que os autores possam usá-la como forma de divulgação da sua obra, ela também pode prejudicá-lo ao não repassar as verbas relativas ao uso de suas obras ⁴⁸.

⁴⁷ LEONARDI, Marcel. *Tutela e privacidade na internet*. São Paulo: Saraiva, 2012.

⁴⁸ ARAÚJO, Elayne Cristina Machado de; LIMA, Luiza Rosa Barbosa de. *Direito constitucional à informação e proteção à propriedade intelectual no ciberespaço: (in) eficácia do regime jurídico do*

Sendo assim, é perceptível que a proteção de direitos autorais atual é obsoleta, pois além das falhas de fiscalização e apuração da responsabilidade pela disponibilização de conteúdos de forma imprópria, a sua complexidade, custo e burocracia tornam inacessível ao autor moderno a proteção da sua obra.

Ademais, outro ponto relevante a ser considerado como uma falha da LDA é o fato dela ser inflexível com relação a determinadas utilizações previstas na Constituição, como o cesso à cultura⁴⁹.

A LDA lida de forma rígida com as disponibilizações dos conteúdos de terceiros, tentando proteger por todos os lados o compartilhamento das obras alheias. Assim, diante da modernização da comunicação é inegável que os meios de propagação de informações se tornaram mais diversificados e céleres, portanto a rigidez tão forte das leis de direitos autorais quanto ao conteúdo que pode ser disponibilizado pode gerar alguns conflitos até mesmo com determinadas normas vigentes, como a CF, a qual concede o acesso a produção cultural e a liberdade de expressão.

Sendo assim, por mais que a LDA tente proteger as normas de direitos autorais, ela não consegue ser aplicada de forma efetiva no ambiente virtual. Portanto, em vez de contribuir para a proteção dos direitos do autor ela acaba atrapalhando, pois não regula de e também não contribuí para que o verdadeiro autor da obra seja reconhecido e divulgado nesse meio virtual.

Então, fazendo um comparativo com aos direitos autorais de outros países, podemos verificar que enquanto a Inglaterra e Estados Unidos preocupam-se com cláusulas abertas e flexibilização na disponibilização de conteúdos, o Brasil mantém

direito de autor no ciberespaço. Direito e Desenvolvimento: João Pessoa. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/259>>. Acesso em: 22/10/2017.

⁴⁹LIGUORI FILHO, Carlos Augusto. *Tente Outra Vez: O anteprojeto de reforma da lei de direitos autorais, sua compatibilidade na sociedade da informação e a espera pela reforma que nunca chega*. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17603>> Acessado em: 23/10/2017.

sua rigidez, limitando o número de exceções à proteção de direitos autorais e não se adaptando a modernização das formas de comunicações da atualidade. Isso confere ao nosso país uma aproximação ao modelo romano-germânico do direito autoral, que assim como os franceses é marcado pela inflexibilidade⁵⁰. Assim, a Lei de Direitos Autorais, caso não se adapte à nova realidade de compartilhamento de informações acaba gerando um conflito com os direitos do cidadão ao acesso às obras culturais.

Ressalta-se, então, que as alterações sociais promovidas pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação, principalmente com o advento das redes sociais, demandam uma nova análise das normas que hoje protegem o direito autoral. Isso, entretanto, não significa que o espaço cibernético atualmente está ausente de regras. Mesmo com a lei defasada existem limites que devem ser respeitados para que o compartilhamento de informações de terceiros não seja considerado plágio ou alguma outra forma de desrespeito aos direitos autorais⁵¹.

Sendo assim, o que se pontua aqui não é ausência de normas da LDA, mas sim a forma como ela está sendo aplicada no meio virtual, tendo em vista que a analogia das normas criadas para o compartilhamento no "meio real" não pode ser aplicada no "meio virtual", pois ambos possuem necessidades distintas.

Nesse sentido, é necessário buscar um equilíbrio para as normas de direitos autorais, pois é superimportante realizar a proteção efetiva dos direitos do autor sem prejudicar o acesso à cultura e a informação. Analisando esses fatores, percebe-se que essa defesa aos direitos autorais no âmbito da internet não deve ser absoluta, devendo ampliar as restrições impostas para as hipóteses em que é permitido o uso de obras intelectuais sem a autorização prévia, em prol da liberdade de expressão e de informação.

⁵⁰SOMBRA, Thiago. *Direitos Autorais na Internet após o Marco Civil*. Jota. 2016. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/agenda-da-privacidade-e-da-protecao-de-dados/direitos-autorais-na-internet-apos-o-marco-civil-27122016>> Acessado em 24/10/2017.

⁵¹COSTA, Thabata Filizola. *O plágio de obras constantes na internet*. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://thabatafc.jusbrasil.com.br/artigos/325237004/o-plagio-de-obras-constantes-na-internet>> Acessado em 20/10/2017.

Ainda, a regulação atual é realizada com uma fiscalização precária, contribuindo, mesmo que involuntariamente, com os compartilhamentos ilícitos de conteúdos produzidos por terceiros.

Sendo assim, é fundamental que exista uma diferenciação entre os provedores de internet que tem por objetivo compartilhar informações de forma lícita daqueles que se aproveitam das facilidades promovidas pelo avanço tecnológico para lucrar com o conteúdo alheio.

Nesse sentido, é necessário criar um sistema para regulamentar o que está sendo compartilhado pelos usuários dos provedores de internet. Isso é preciso, pois existem plataformas que tem por objetivo compartilhar conteúdos de forma ilícita, prejudicando aquelas que contribuem para a promoção e divulgação de obras intelectuais de forma lícita e contribuindo com a cultura. Sendo assim, uma regulação mais eficiente que consiga diferenciar as plataformas digitais de compartilhamento.

Para tanto, foi possível apontar como as principais falhas da LDA quanto a sua obsolescência: 1) a falta de fiscalização própria, efetiva, do conteúdo que é disponibilizado na internet, principalmente nas redes sociais; 2) a inflexibilidade da lei que não acompanhou as mudanças tecnológicas e não coopera para a disseminação das informações; 3) a complexidade, custo e burocracia que tornou inacessível ao autor moderno a proteção da sua obra; 4) a dificuldade em atribuir o responsável pelo compartilhamento indevido dos conteúdos disponibilizados nas redes sociais; 5) o uso da norma atual como analogia não é a forma mais adequada de aplicar os direitos autorais na *web*.

2.1.2 Projeto de lei para a reforma do direito autoral "abandonado"

A inadequação da lei autoral brasileira diante das mudanças ocorridas nas formas de comunicação contemporânea deu ensejo, em 2010, à elaboração de um Projeto de Lei pelo Ministério da Cultura. As motivações para a criação do PL era a

preocupação com a compatibilização da LDA com o cumprimento das funções sociais do direito autoral e sua adequação ao cenário tecnológico da época. Entendia-se que a LDA foi fundada numa perspectiva da era analógica, o que a tornava incompatível com a era digital. Sendo assim, a reforma da LDA tenha como objetivo "atualizar as disposições sobre direitos autorais, adaptando-os às tecnologias digitais"⁵².

Nesse sentido, visando a transparência e a participação da população, foi proporcionada aos cidadãos a colaboração na elaboração do PL. Qualquer cidadão ou instituição poderia enviar uma proposta para contribuir com a reforma da LDA. Assim, foi possível apurar cerca de 8.431 participações.

Entretanto, posteriormente, a então ex-presidente Dilma Rousseff indicou para o Ministério da Cultura alguém que não concordava com as novas alterações propostas para a regulação dos direitos autorais. Isso acarretou, em 2011, em uma nova discussão sobre a necessidade em haver mudanças na lei, mas dessa vez não haveria um debate público acerca do tema. Porém, desde então não ocorreram mudanças sobre o referido projeto que lei que continuou no Ministério e não foi para o Congresso Nacional, conforme relata Sérgio Branco em "O Direito e Internet no Brasil" 53.

Assim, também aponta Sérgio Branco que esse é o real motivo dos direitos dos direitos autorais não serem contemplados pelo Marco Civil da Internet quando define a responsabilidade do intermediário pelos conteúdos que são disponibilizados na web.

2.2 Marco Civil da Internet, Lei 12.965/14.

⁵²BRASIL. 2012 de fevereiro Brasília. Projeto de Lei nº 3133/2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534039>> Acessado em 12/11/2017.

⁵³BRANCO, Sérgio. *Série especial Direito e Internet no Brasil*. Instituto de Tecnologia e Sociedade: Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/02/160214_Publicac%CC%A7a%CC%83o_PT-BR_Serie-especial-direito-e-internet.pdf> Acessado em 12/11/2017.

Em março de 2014 foi sancionada a Lei 12.965/14⁵⁴, que ficaria conhecida como Marco Civil da Internet, ou "Constituição da Internet". Tal norma permitiu a discussão e a aplicação de regras que visam a proteção dos direitos e garantias dos seus cidadãos em relação ao uso da internet no Brasil e, ao mesmo tempo, incentivou o desenvolvimento e produção de novas tecnologias, tão essenciais para a manutenção da expansão social.

Assim, de acordo com o artigo 1º do MCI "Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria".

O Marco Civil começou a ser elaborado em 2009 e, assim como o Projeto de Lei do Ministério da Cultura, foi colocado em debate público para receber propostas e opiniões dos cidadãos. Assim, conceder a participação popular para a elaboração de medidas a serem adotadas para a elaboração do MCI demonstrou que o país estava preocupado em atender as demandas sociais para regulamentação das normas⁵⁵.

Desse modo, em conjunto com o apoio da população o MCI trouxe diversas inovações em sua regulação. Assim, passaremos a analisar o que o MCI traz de novo para a regulação da internet no Brasil:

Segundo Chiara Spadaccini de Teffé e Maria Celina Bodin de Moraes:

A leitura do art. 3º do MCI prevê que a internet brasileira se encontra alicerçada em um tripé axiológico formado pelos princípios da neutralidade da rede, da privacidade e da liberdade de expressão, que estão ligados entre si⁴. Enquanto a neutralidade da rede reforça a liberdade de expressão, a privacidade representa seu limite. Enquanto a neutralidade da

⁵⁴ BRASIL. 2014 de abril Brasília. Lei 12.965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: 12/11/2017

⁵⁵ BRANCO, Sérgio. *Série especial Direito e Internet no Brasil*. Instituto de Tecnologia e Sociedade: Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/02/160214_Publicac%CC%A7a%CC%83o_PT-BR_Serie-especial-direito-e-internet.pdf> Acessado em 12/11/2017.

rede reforça a liberdade de expressão, a privacidade representa seu limite. O princípio da neutralidade da rede, em particular, determina que a rede deve tratar da mesma forma tudo aquilo que transportar, sem fazer discriminações quanto à natureza do conteúdo ou à identidade do usuário.⁵⁶

Um dos principais temas está relacionado à neutralidade de rede. O MCI se tornou importante ao conceituar essa neutralidade concedida à *web*, que não estava bem clara no entendimento da população. Achava-se que essa neutralidade era ampla e irrestrita e, o MCI esclareceu determinados pontos que geravam conflitos e dúvidas entre os usuários. Desse modo, o capítulo que define esse ponto se tornou o mais extenso da lei, destacando-se a obrigatoriedade de dar transparência quanto ao gerenciamento da *web*, bem como a forma como essa regulação por parte dos provedores é realizada⁵⁷.

Assim, consoante ao artigo 9º do MCI⁵⁸, sob a análise de Silvana A. C. Evaristo e Claudio Evaristo Cesar:

⁵⁶ DE TEFFÉ, Chiara Spadaccini; DE MORAES, Maria Celina Bodin. Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil. Análise a partir do Marco Civil da Internet. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, 2017, 22.1: 108-146. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/6272/pdf>> Acesso em: 12/11/2017.

⁵⁷ KONOPACKI, Marco. *O que a regulamentação do Marco Civil da internet traz de novo?* Instituto de Tecnologia e Sociedade: Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/o-que-a-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-marco-civil-da-internet-traz-de-novo-28d2149854c5>> Acessado em: 12/11/2017.

⁵⁸ Artigo 9º da Lei 12.965/14: O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

§ 1º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de:

I - requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e
II - priorização de serviços de emergência.

§ 2º Na hipótese de discriminação ou degradação do tráfego prevista no § 1º, o responsável mencionado no caput deve:

I - abster-se de causar dano aos usuários, na forma do art. 927 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil;

II - agir com proporcionalidade, transparência e isonomia;

III - informar previamente de modo transparente, claro e suficientemente descritivo aos seus usuários sobre as práticas de gerenciamento e mitigação de tráfego adotadas, inclusive as relacionadas à segurança da rede; e

IV - oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e abster-se de praticar condutas anticoncorrenciais.

§ 3º Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados, rejeitado o disposto neste artigo.

"A 'neutralidade da rede' garante-se que as operadoras estão proibidas de vender pacotes de internet pelo tipo de uso, ou seja, o provedor de acesso deve tratar da mesma forma todos os pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, serviço ou aplicativo, assim o usuário teria velocidade plena tanto para acessar e-mail quanto para abaixar um filme na *web*." ⁵⁹.

Ainda, foi concedida a solicitação de dados pessoais dos usuários de determinados sites às autoridades públicas, entretanto esse requerimento deve ser realizado de acordo com as suas competências, conforme dispõe o artigo 11 do MCI⁶⁰. Assim, aqueles que necessitarem de informações mais detalhadas dos consumidores de determinados serviços da *web* poderão, de forma detalhada e específica, requerer os dados cadastrais de determinados perfis, sendo vedado pedidos genéricos ⁶¹.

Para Marco Konopacki:

A liberdade de expressão, considerada como liberdade de externar ideias, juízos de valor e as mais variadas manifestações do pensamento, além de já ser amplamente protegida pelo constituinte, apresenta no MCI tutela destacada, sendo considerada um fundamento e um princípio para a disciplina do uso da internet no Brasil e condição para o pleno exercício do direito de acesso. Ao longo do Marco Civil, percebe-se a preocupação do legislador com a compatibilização desses princípios, tendo por fim

⁵⁹ EVARISTO, Silvana Aparecida Cardoso; CESAR, Claudio Evaristo. *Direito x internet*. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 127, ago 2014. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D11520%26revista_caderno%3D25?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14255&revista_caderno=17>. Acesso em: 12/11/2017.

⁶⁰ Artigo 11 da Lei 12.965/14: Em qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional, deverão ser obrigatoriamente respeitados a legislação brasileira e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

§ 1º O disposto no caput aplica-se aos dados coletados em território nacional e ao conteúdo das comunicações, desde que pelo menos um dos terminais esteja localizado no Brasil.

§ 2º O disposto no caput aplica-se mesmo que as atividades sejam realizadas por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que ofereça serviço ao público brasileiro ou pelo menos uma integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil.

§ 3º Os provedores de conexão e de aplicações de internet deverão prestar, na forma da regulamentação, informações que permitam a verificação quanto ao cumprimento da legislação brasileira referente à coleta, à guarda, ao armazenamento ou ao tratamento de dados, bem como quanto ao respeito à privacidade e ao sigilo de comunicações.

§ 4º Decreto regulamentará o procedimento para apuração de infrações ao disposto neste artigo.

⁶¹ KONOPACKI, Marco. *O que a regulamentação do Marco Civil da internet traz de novo?* Instituto de Tecnologia e Sociedade: Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/o-que-a-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-marco-civil-da-internet-traz-de-novo-28d2149854c5>> Acessado em: 12/11/2017.

assegurar que, também na internet, a pessoa humana possa livremente desenvolver sua personalidade ⁶².

Outro ponto relevante da norma é a proteção dos dados pessoais concedida por essa lei. Ficou regulado que os provedores de internet responsáveis por armazenar as informações dos usuários iriam reter o mínimo possível dessas informações, além disso, o MCI define o tratamento pessoal, conforme dispõe os artigos 13 ⁶³ e 14 ⁶⁴ do referido diploma legal ⁶⁵.

Contudo tais inovações não atingiram de forma direta a proteção aos direitos autorais. O Marco Civil da Internet excluiu de seu âmbito normativo a regulamentação acerca dos direitos autorais, restringindo-se a dispor de forma explícita que, até a entrada em vigor de lei específica, valerão as regras da lei de direitos autorais vigentes, ou seja, aquele criado em 1998 pela LDA ⁶⁶. Portanto, até a presente data não houve qualquer regulamentação específica sobre o direito autoral na internet, conforme será esclarecido a seguir:

⁶² DE TEFFÉ, Chiara Spadaccini; DE MORAES, Maria Celina Bodin. Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil. Análise a partir do Marco Civil da Internet. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, 2017, 22.1: 108-146. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/6272/pdf>> Acesso em: 12/11/2017.

⁶³ Artigo 13 da Lei 12.965/14: Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento.

§ 1o A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.

§ 2o A autoridade policial ou administrativa ou o Ministério Público poderá requerer cautelarmente que os registros de conexão sejam guardados por prazo superior ao previsto no caput.

§ 3o Na hipótese do § 2o, a autoridade requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do requerimento, para ingressar com o pedido de autorização judicial de acesso aos registros previstos no caput.

§ 4o O provedor responsável pela guarda dos registros deverá manter sigilo em relação ao requerimento previsto no § 2o, que perderá sua eficácia caso o pedido de autorização judicial seja indeferido ou não tenha sido protocolado no prazo previsto no § 3o.

§ 5o Em qualquer hipótese, a disponibilização ao requerente dos registros de que trata este artigo deverá ser precedida de autorização judicial, conforme disposto na Seção IV deste Capítulo.

§ 6o Na aplicação de sanções pelo descumprimento ao disposto neste artigo, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes, eventual vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

⁶⁴ Artigo 14 da Lei 12.965/14. Na provisão de conexão, onerosa ou gratuita, é vedado guardar os registros de acesso a aplicações de internet.

⁶⁵ KONOPACKI, Marco. *O que a regulamentação do Marco Civil da internet traz de novo?* Instituto de Tecnologia e Sociedade: Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/o-que-a-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-marco-civil-da-internet-traz-de-novo-28d2149854c5>> Acessado em: 12/11/2017.

⁶⁶ PRADO, Luís Fernando Chaves. *Entrevista ao Justificando*. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/09/nao-ha-ainda-regulamentacao-especifica-para-o-direito-autoral-na-internet-diz-especialista/>> Acesso em: 25/11/2017.

Na época em que o MCI estava sendo elaborado ocorreram diversas discussões acerca da regulação dos direitos autorais na *web*. Havia nessa época o debate sobre a aplicação da LDA por meio de analogias para regular o tema no ambiente digital, contudo, tal determinação poderia acarretar em um enrijecimento injustificado na proteção autoral ⁶⁷.

Entendeu-se nessa ocasião que tal determinação poderia acarretar numa proteção insuficiente e na condenação de atos ingênuos como grandes ilícitos no âmbito autoral, optando-se por não aplicar tal tema na regulação do MCI. Portanto, devido ao receio em regular de forma errada sobre a proteção dos direitos autorais no âmbito digital, o MCI deixou de analisar tal tema em sua norma.

Assim, o motivo pelo qual o direito do autor não é contemplado pelo MCI. A regulação da responsabilidade de terceiros perante a disponibilização de conteúdos via mídias digitais é citada de forma bem clara no § 2º, artigo 19 do MCI, o qual indica que tal regra deve ser regulada por uma lei específica sobre o tema, vejamos:

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais.

§ 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade

⁶⁷ PRADO, Luís Fernando Chaves. *Entrevista ao Justificando*. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/09/nao-ha-ainda-regulamentacao-especifica-para-o-direito-autoral-na-internet-diz-especialista/>> Acesso em: 25/11/2017.

na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Sendo assim, devido à falta efetividade acerca de uma possível reforma na Lei de Direitos Autorais, mesmo com a entrada em vigor do Marco Civil da Internet, a proteção dos direitos do autor, segundo Thiago Sombra, permanece deficiente, conforme se denota do §2.º do art. 19 e do art. 31 da Lei Federal 12.965/14 ⁶⁸.

Portanto, quando o Marco Civil estava sendo elaborado ocorreram dificuldades para regulamentar qual seria a responsabilidade do intermediário quando se tratava de direitos autorais, assim ficou determinado que esse tema, por se tratar de algo específico, seria regulado pela reforma da LDA, o que ainda não ocorreu. Dessa forma, de acordo com Sérgio Branco, conclui-se que "a responsabilidade do intermediário relativa aos direitos autorais é incerta" ⁶⁹.

⁶⁸ SOMBRA, Thiago. *Direitos Autorais na Internet após o Marco Civil*. Jota. 2016. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/agenda-da-privacidade-e-da-protecao-de-dados/direitos-autorais-na-internet-apos-o-marco-civil-27122016>> Acessado em 24/10/2017.

⁶⁹ BRANCO, Sérgio. *Série especial Direito e Internet no Brasil*. Instituto de Tecnologia e Sociedade: Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/02/160214_Publicac%CC%A7a%CC%83o_PT-BR_Serie-especial-direito-e-internet.pdf> Acessado em 12/11/2017

CAPÍTULO 3 RESPONSABILIDADE PELOS CONTEÚDOS COMPARTILHADOS NAS REDES SOCIAIS

Diante da análise da proteção dos direitos autorais no meio virtual, podemos destacar que a responsabilidade expressamente excluída das normas reguladoras vigentes, conforme foi demonstrado no capítulo anterior pelo §2º do artigo 19 do MCI. Assim, com a deficiência na normatização desse tema, o presente capítulo analisará a quem e o modo como é realizada a atribuição da responsabilidade pelo compartilhamento de conteúdos de forma indevida na *web*, principalmente quando esse meio de difusão de informações é a rede social.

Nesse sentido, para melhor esclarecer o tema da presente monografia o principal questionamento a ser respondido é "O Provedor de Internet e as próprias Redes Sociais podem ser responsabilizados pelos ilícitos cometidos, no âmbito de seus domínios virtuais, por algum de seus usuários?".

Para tanto, analisaremos a seguir como é realizada a aplicação da responsabilidade civil aos provedores de internet por meio de análises jurisprudenciais.

3.1 A responsabilidade civil do provedor de conteúdo e do provedor de aplicação da internet

É atribuída responsabilidade civil quando é necessário reparar algum dano causado por alguém a uma pessoa. Ou seja, a Responsabilidade Civil é a reparação do dano levando a diminuição de um bem jurídico da vítima, o que acarreta numa necessidade de reparação, sendo essa indenização material ou imaterial. Ainda, de

acordo com disposto no artigo 186 do Código Civil de 2002, quem causar dano alguém, ainda que exclusivamente moral comete ato ilícito.⁷⁰.

Assim, nas palavras de Cavalieri filho:

Por essa concepção clássica, todavia, a vítima só obterá reparação do dano se provar a culpa do agente, o que nem sempre é possível na sociedade moderna. O desenvolvimento industrial, proporcionado pelo advento do maquinismo e outros inventos tecnológicos, bem como o crescimento populacional geraram novas situações que não podiam ser amparadas pelo conceito tradicional de culpa.⁷¹

Desse modo, a responsabilidade civil dos provedores, sejam eles de aplicação⁷² ou de conteúdo⁷³, seguem três parâmetros, segundo João Quinelato de Queiroz:

(i) a não responsabilização do provedor em razão da conduta praticada pelos seus usuários, por ser o servidor mero intermediário entre usuário e vítima; (ii) a responsabilidade civil objetiva do provedor, fundada no conceito de risco de atividade ou no defeito da prestação dos serviços e (iii) a responsabilidade civil subjetiva, subdividindo-se esta corrente entre aqueles que defendem a responsabilidade civil subjetiva decorrente da inércia após ciência do conteúdo ilegal e aqueles que defendem a responsabilização somente em caso de descumprimento de ordem judicial específica – sendo esta última a teoria adotada pelo Marco Civil.⁷⁴

Conforme apresenta João Quinelato de Queiroz, para aqueles que defendem a primeira corrente, entende-se que os provedores seriam apenas meros intermediadores dos serviços ofertados na *web* e, portanto, devem ser excluídos do polo passivo das ações judiciais por não fazerem parte da lide processual que se aplicaria apenas ao causador do dano, que seria o usuário, e a vítima.

⁷⁰ STEPHANIE, Barbara ; SILVA, Karlyson Carvalho Silva. *As influências das redes sociais no Direito*. Jus.com. 2017. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/56649/as-influencias-das-redes-sociais-no-direito> > Acessado em 12/11/2017.

⁷¹ CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

⁷² Nos termos do art. 5º VII do Marco Civil, entende-se como provedor de aplicação: “VII - aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet”.

⁷³ Entende-se como provedor de conteúdo: “que disponibilizam na rede os dados criados ou desenvolvidos pelos provedores de informação ou pelos próprios usuários da web”, conforme definido no RESP 1316921, STJ, pelo Relator Ministro Nancy Andrighi, j. em 26.06.2012.

⁷⁴ QUEIROZ, João Quinelato de. *Aplicabilidade do Marco Civil da Internet na responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais na internet*. Civillistica.com. Rio de Janeiro, a. 5, n. 2, 2016. Disponível em:< <http://civillistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Queiroz-civillistica.com-a.5.n.2.2016.pdf> > . Acessado em: 14/11/2017.

Para tanto, ele cita como exemplificação da primeira corrente acima exposta a Apelação Cível n. 70061451191 da 9ª Câmara Cível de relatoria do Desembargador Miguel Ângelo da Silva, a qual foi julgada em 29/10/2014, cujo relatório exponho a seguir:

Apelações Cíveis. Responsabilidade Civil. Ação Indenizatória. Ilegitimidade Passiva do Facebook. Responsabilização civil do provedor de conteúdo na internet somente nas situações em que, devidamente notificado, deixa de remover a postagem ofensiva ou ilícita. Os provedores de conteúdo na internet respondem civilmente por publicações em seus sítios eletrônicos apenas quando, devidamente notificados, deixam de remover as postagens ofensivas aos interessados. (...). O usuário da rede social deve indenizar os danos causados à esfera extrapatrimonial do titular do direito personalíssimo violado. (...) APELO DO RÉU DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA PROVIDO EM PARTE" (TJRS, Apelação Cível n. 70061451191, 9ª C.C., Rel. Des. Miguel Ângelo da Silva, julg. em 29/10/2014).

Essa corrente também é a exposta por Fernando Gualberto Scalioni⁷⁵, que diz que a princípio os provedores de internet não devem ser responsabilizados por conteúdos disponibilizados de forma ilícitas por terceiros.

Portanto, é imperioso destacar que a desresponsabilização dos provedores de internet pelas atitudes praticadas por terceiros em suas plataformas, de acordo com o que foi exposto por João Quinelato de Queiroz em seu trabalho, indica uma consonância com o que é aplicado em casos semelhantes ocorridos nos Estados Unidos:

Em decorrência do artigo 230 do Telecommunication *Decency Act* (CDA) confere uma isenção de responsabilidade aos provedores de serviços pelas condutas de terceiros. Ocorre que o DMCA (*Digital Millenium Copyright Act*), em seu artigo 512, faz uma ressalva ao referido artigo 230 do DCA, especialmente em relação à infração de Direitos Autorais, responsabilizando os provedores caso não retirem do ar o conteúdo apontado com infringente de direitos autorais. A doutrina aponta que estes elementos criam a cultura de não litigiosidade contra os provedores de conteúdo/ nos Estados Unidos⁷⁶.

⁷⁵ SCALIONI, Fernando Gualberto. A Lei e as Redes Sociais: tire suas dúvidas sobre o alcance do direito no mundo virtual. Valladolid. Disponível em: <<http://www.valladao.com.br/blog/lei-e-as-redes-sociais-tire-suas-duvidas-sobre-o-alcance-do-direito-no-mundo-virtual/>> Acesso em: 12/11/2017.

⁷⁶ QUEIROZ, João Quinelato de. Aplicabilidade do Marco Civil da Internet na responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais na internet. Civillistica.com. Rio de

Já em relação à segunda corrente destacada acima, é possível mencionar que é atribuído ao provedor de internet a responsabilidade civil objetiva, baseando-se em duas linhas de pensamento "o risco inerente à atividade de provedor e a relação de consumo estabelecida entre o usuário e o provedor", conforme salienta João Quinelato de Queiroz⁷⁷.

Ele destaca que o risco mencionado seria decorrente do artigo 927 § único do Código Civil, o qual era utilizado anteriormente ao MCI como o fundamento para a responsabilidade civil do provedor, muito utilizada pelos tribunais superiores.

Por fim, a terceira corrente listada acima, e a mais relevante para a análise da presente monografia, versa sobre a responsabilidade subjetiva dos provedores. Assim, é importante destacar que para ser atribuída independe de culpa para ocorrer a reparação do dano.

Para tanto, verifica-se que para ser aplicada a terceira corrente, segundo João Quinelato de Queiroz, é necessário (i) a responsabilidade pelo não atendimento de notificação extrajudicial e (ii) pelo descumprimento de ordem judicial específica, nos exatos termos do art. 19 do Marco Civil.", o qual aponta também que segundo o Ministro Luis Felipe Salomão no REsp 1.512.647-MG:

“segundo a nova lei de regência a responsabilidade civil do provedor de internet consubstancia responsabilidade por dano decorrente de descumprimento de ordem judicial, previsão que se distancia, em grande medida, da jurisprudência atual do STJ, a qual, para extrair a conduta ilícita do provedor, se contenta com a inércia após notificação extrajudicial”

Verifica-se, então, que a responsabilidade civil dos provedores é regulada pelo artigo 19 do MCI, quando ocorre o descumprimento judicial.

Janeiro, a. 5, n. 2, 2016. Disponível em:< <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Queiroz-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf>> . Data de acesso 14/11/2017

⁷⁷ QUEIROZ, João Quinelato de. Obra citada.

Portanto, é válido afirmar que é possível que haja uma responsabilização pelo dano causado por terceiros a provedores da internet, sendo essa aplicação baseada em danos morais ou patrimoniais.

Assim, como é o artigo 19 da MCI que regula os direitos autorais violados nas redes sociais, verifica-se que ele será aplicado mediante violação específica decorrentes de uma ordem judicial. Nesse sentido, para que ocorra a responsabilização por parte do provedor a vítima deve obrigatoriamente buscar as vias judiciais para obter o que deseja.

Ressalta-se que a notificação judicial deverá conter identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente que permita a localização inequívoca do material.

Assim, João Quinelato de Queiroz salienta em seu trabalho que a busca por uma solução pelo poder judiciário não é uma novidade trazida pelo MCI, pelo contrário, tal medida sempre existiu, assim como o crime de desobediência que deve ser aplicado nos casos em que ocorra a falta de cumprimento de uma determinação judicial ⁷⁸.

Além disso, o MCI ressalta que o descumprimento da ordem judicial específica da exclusão de conteúdo que gerou uma ofensa pode recair responsabilidade civil material. Ou seja, caso ocorra a determinação da exclusão de algum material pelo Judiciário e o provedor descumpra a ordem, ele vai responder pelo ocorrido por ter se mantido inerte.⁷⁹

⁷⁸ QUEIROZ, João Quinelato de. Aplicabilidade do Marco Civil da Internet na responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais na internet. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 5, n. 2, 2016. Disponível em:< <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Queiroz-civilistica-com-a.5.n.2.2016.pdf>> . Data de acesso 14/11/2017

⁷⁹ SOUZA, Carlos Affonso; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Responsabilidade dos provedores por conteúdos de terceiros na internet. *Revista Consultor Jurídico*, 2017. Disponível em:<<https://www.conjur.com.br/2017-jan-23/responsabilidade-provedor-conteudo-terceiro-internet>> Acessado em 12/11/2017.

Contudo, essa corrente se contrapõe aquela que entende que uma simples notificação seria necessária para atribuir ao provedor o dever de indenizar por ter tomado conhecimento de que determinado conteúdo que circula em seu veículo de informação é inadequado por ser considerado inadequado.

Assim entende Ministro João Otávio Noronha, em decisão ao AgRg no AREsp nº 123.013/SP, que “a inércia do provedor que, após notificado pelo usuário, não promove a remoção da sua página de rede social com conteúdo ofensivo, enseja responsabilização civil”⁸⁰

De qualquer forma, o que ambos mantêm em comum é o fato gerador da responsabilização dos provedores perante os conteúdos indevidos compartilhados nas redes sociais é a sua inércia.

Portanto, anteriormente ao MCI o STJ entendia que a responsabilidade pelo compartilhamento de conteúdos somente recairia ao provedor de internet a partir do momento em que houvesse uma notificação extrajudicial a respeito da ofensa ocorrida. Contudo, o MCI, com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, estabeleceu no artigo 19 que seria necessário o ingresso de judicial por parte de quem se sentiu lesado, exigindo a retirada do conteúdo e, que o provedor somente seria responsabilizado civilmente se ocorresse o descumprimento da ordem judicial.⁸¹

Entretanto, é válido enfatizar que conforme já foi mencionado anteriormente o Marco Civil da Internet traz duas exceções à responsabilização de provedores, que são os casos de pornografia de vingança, previstos no artigo 21 do MCI⁸², e os casos de direitos autorais.

⁸⁰STJ. AgRg no AREsp nº 123.013/SP, Relator Ministro João Otávio Noronha publicado em.: 03/11/2015.

⁸¹ LOPES, Marcelo Frullani. A responsabilidade civil do provedor no Marco Civil da Internet. Justificando. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/14/a-responsabilidade-civil-do-provedor-no-marco-civil-da-internet/>> Acessado em 12/11/2017.

⁸² Artigo 21 da Lei 12.965/14: O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado quando, após o recebimento de

Assim, conforme já enfatizado pela presente monografia, o §2º do artigo 19 do MCI estabelece a necessidade de uma lei específica para regular as violações quando se trata de direitos autorais e, no artigo 31 do MCI⁸³ diz que até que uma lei específica entre em vigor a responsabilidade do provedor por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros decorrentes de violações aos direitos autorais será disciplinada pela legislação vigente.

A LDA reporta-se às sanções cíveis nos artigos 102 e 104, mas não menciona em momento algum de forma específica a responsabilização dos provedores de internet por violações realizadas por terceiros.

Ainda sobre o MCI, apesar de ser condicionada a responsabilidade civil pelo não cumprimento de determinada ordem judicial, isso não impede que os próprios provedores de internet desenvolvam um monitoramento interno quanto aos conteúdos que são disponibilizados. Assim, a notificação privada exerce uma função de "alerta" para que eles possam averiguar sobre a procedência do conteúdo sinalizado, evitando maiores transtornos⁸⁴.

Portanto, sistemas como Content ID do YouTube e o Source3 do Facebook surgiram com a finalidade de detectar possíveis violações aos direitos autorais.

O Content ID foi disponibilizado recentemente no YouTube, em abril de 2017, e tem como principal função fazer uma busca nos vídeos, identificando áudios

notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo. Parágrafo único. A notificação prevista no caput deverá conter, sob pena de nulidade, elementos que permitam a identificação específica do material apontado como violador da intimidade do participante e a verificação da legitimidade para apresentação do pedido.

⁸³ Artigo 31 Lei 12.965/14: Até a entrada em vigor da lei específica prevista no § 2º do art. 19, a responsabilidade do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, quando se tratar de infração a direitos de autor ou a direitos conexos, continuará a ser disciplinada pela legislação autoral vigente aplicável na data da entrada em vigor desta Lei.

⁸⁴ SOUZA, Carlos Affonso; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Responsabilidade dos provedores por conteúdos de terceiros na internet. Revista Consultor Jurídico, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-23/responsabilidade-provedor-conteudo-terceiro-internet>> Acessado em 12/11/2017.

e imagens que pertencem a outras pessoas. As alterações na plataforma foram necessárias, pois os usuários dessa rede social estavam utilizando o sistema de monetização de vídeos para lucrar com conteúdos que não lhes pertenciam, motivo pelo qual levou o YouTube a se preocupar com a segurança que a plataforma oferecia oferecendo, inclusive, a opção de divisão dos lucros desses vídeos que eram disponibilizados de forma indevida.

Assim, milhares de vídeos foram excluídos e notificados para se adequarem as novas regras, que tem como maior objetivo evitar a violação aos direitos autorais.

Já no Facebook, conforme mencionado, o sistema utilizado é o Source3. Assim como o sistema anterior, Rights Manager⁸⁵, ele é mais uma ferramenta existente nessa rede social que tem como objetivo detectar propriedades intelectuais que foram compartilhadas no meio virtual de forma indevida pelos seus usuários. Funciona com o mesmo princípio do Content ID do YouTube de combate a pirataria nas redes sociais.

Contudo, ainda que existam sistemas de identificação de abusos aos direitos autorais oferecidos pelas próprias redes sociais, esses não são suficientes para proteger e evitar a propagação de conteúdo de forma indevida.

O problema em ter os provedores de internet regulando os conteúdos ocorre quando analisamos a situação pensando que há uma possibilidade deles fazerem esse bloqueio sem uma justificativa plausível, acarretando na restrição da liberdade de expressão.⁸⁶

Desse modo, conforme mencionam Carlos Affonso Souza e Chiara Spadaccini de Teffé:

⁸⁵ Sistema de gerenciamento do Facebook criado em 2015.

⁸⁶ SOUZA, Carlos Affonso; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Responsabilidade dos provedores por conteúdos de terceiros na internet. Revista Consultor Jurídico, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-23/responsabilidade-provedor-conteudo-terceiro-internet>> Acessado em 12/11/2017.

Caso a notificação privada (como a denúncia de um conteúdo em rede social, por exemplo) tivesse o condão de gerar a responsabilidade dos provedores por seu não cumprimento, estar-se-ia transferindo a chancela sobre a ilicitude ou não de um comentário, foto ou vídeo do Poder Judiciário para qualquer indivíduo, que poderia assim impor a sua vontade sobre terceiros. (...) Com receio de ser processado e condenado por conteúdos dos seus usuários caso não os removesse após uma simples notificação particular, os provedores naturalmente eliminariam tudo aquilo que fosse objeto de notificação. É fácil perceber como esse regime de responsabilização, evitado pelo Marco Civil, poderia ser abusado. Avaliações negativas de hotéis, restaurantes e empresas das mais diversas não resistiriam por muito tempo. Bastaria à empresa atingida notificar os provedores alegando que aquele comentário lhe causa algum dano⁸⁷.

Assim, como não há uma norma específica atualmente para regular a aplicação de normas reguladoras de direitos autorais nas redes sociais e, enquanto não acontece reforma da LDA, é papel da jurisprudência uniformizar o entendimento sobre o assunto e solucionar os problemas.

3.2 Análise jurisprudencial do Recurso Especial nº 1.512.647-MG⁸⁸

⁸⁷ SOUZA, Carlos Affonso; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Responsabilidade dos provedores por conteúdos de terceiros na internet. Revista Consultor Jurídico, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-23/responsabilidade-provedor-conteudo-terceiro-internet>> Acessado em 12/11/2017.

⁸⁸ Ementa: "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. REDE SOCIAL. ORKUT. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR (ADMINISTRADOR). INEXISTÊNCIA, NO CASO CONCRETO. ESTRUTURA DA REDE E COMPORTAMENTO DO PROVEDOR QUE NÃO CONTRIBUÍRAM PARA A VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. RESPONSABILIDADES CONTRIBUTIVA E VICÁRIA. NÃO APLICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DANOS QUE POSSAM SER EXTRAÍDOS DA CAUSA DE PEDIR. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDICAÇÃO DE URL'S. NECESSIDADE. APONTAMENTO DOS IP'S. OBRIGAÇÃO DO PROVEDOR. ASTREINTES VALOR. AJUSTE. 1. Os arts. 102 a 104 da Lei n. 9.610/1998 atribuem responsabilidade civil por violação de direitos autorais a quem fraudulentamente "reproduz, divulga ou de qualquer forma utiliza" obra de titularidade de outrem; a quem "editar obra literária, artística ou científica" ou a quem "vender, expuser a venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem". 2. Em se tratando de provedor de internet comum, como os administradores de rede social, não é óbvia a inserção de sua conduta regular em algum dos verbos constantes nos arts. 102 a 104 da Lei de Direitos Autorais. Há que investigar como e em que medida a estrutura do provedor de internet ou sua conduta culposa ou dolosamente omissiva contribuíram para a violação de direitos autorais. 3. No direito comparado, a responsabilidade civil de provedores de internet por violações de direitos autorais praticadas por terceiros tem sido reconhecida a partir da ideia de responsabilidade contributiva e de responsabilidade vicária, somada à constatação de que a utilização de obra protegida não consubstanciou o chamado fair use. 4. Reconhece-se a responsabilidade contributiva do provedor de internet, no cenário de violação de propriedade intelectual, nas hipóteses em que há intencional induzimento ou encorajamento para

O presente caso, REsp nº 1.512.647-MG, se refere a um processo ajuizado por uma empresa de produção de conteúdo para cursos jurídicos em face do Google, sobre a responsabilidade civil por anúncios de cursos jurídicos pirateados em comunidades do Orkut. Ou seja, a empresa de cursos jurídicos requer a responsabilização civil do provedor tendo em vista ter ocorrido de forma ilícita a venda ilegal dos produtos. Foi requisitado extrajudicialmente que o conteúdo fosse removido da rede social apontada, entretanto a empresa Ré se manteve inerte frente à solicitação de remoção.

O juízo de primeira instância em Minas Gerais, após análise do caso aplicou a responsabilidade civil subjetiva para o provedor de internet, baseando-se no fato de que ele tinha violado a notificação extrajudicial para a remoção do conteúdo apontado como ilícito, violador dos direitos autorais. Destacou-se que por ter

que terceiros cometam diretamente ato ilícito. A responsabilidade vicária tem lugar nos casos em que há lucratividade com ilícitos praticados por outrem e o beneficiado se nega a exercer o poder de controle ou de limitação dos danos, quando poderia fazê-lo.

5. No caso em exame, a rede social em questão não tinha como traço fundamental o compartilhamento de obras, prática que poderia ensejar a distribuição ilegal de criações protegidas. Conforme constatado por prova pericial, a arquitetura do Orkut não provia materialmente os usuários com os meios necessários à violação de direitos autorais. O ambiente virtual não constituía suporte essencial à prática de atos ilícitos, como ocorreu nos casos julgados no direito comparado, em que provedores tinham estrutura substancialmente direcionada à violação da propriedade intelectual. Descabe, portanto, a incidência da chamada responsabilidade contributiva.

6. Igualmente, não há nos autos comprovação de ter havido lucratividade com ilícitos praticados por usuários em razão da negativa de o provedor exercer o poder de controle ou de limitação dos danos, quando poderia fazê-lo, do que resulta a impossibilidade de aplicação da chamada teoria da responsabilidade vicária.

7. Ademais, não há danos materiais que possam ser imputados à inércia do provedor de internet, nos termos da causa de pedir. Ato ilícito futuro não pode acarretar ou justificar dano pretérito. Se houve omissão culposa, são os danos resultantes dessa omissão que devem ser recompostos, descabendo o ressarcimento, pela Google, de eventuais prejuízos que a autora já vinha experimentando antes mesmo de proceder à notificação.

8. Quanto à obrigação de fazer – retirada de páginas da rede social indicada –, a parte autora também juntou à inicial outros documentos que contêm, de forma genérica, URLs de comunidades virtuais, sem a indicação precisa do endereço interno das páginas nas quais os atos ilícitos estariam sendo praticados. Nessas circunstâncias, a jurisprudência da Segunda Seção afasta a obrigação do provedor, nos termos do que ficou decidido na Rcl 5.072/AC, Rel. p/ acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 4/6/2014.

9. A responsabilidade dos provedores de internet, quanto a conteúdo ilícito veiculado em seus sites, envolve também a indicação dos autores da informação (IPs).

10. Nos termos do art. 461, §§ 5º e 6º, do CPC, pode o magistrado a qualquer tempo, e mesmo de ofício, alterar o valor ou a periodicidade das astreintes em caso de ineficácia ou insuficiência ao desiderato de compelir o devedor ao cumprimento da obrigação. Valor da multa cominatória ajustado às peculiaridades do caso concreto.

11. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula n. 98/STJ)."

ocorrido por duas vezes a notificação extrajudicial e por isso deveria ser responsabilizado pela violação ao direito autoral, pois foi provocado pelo interessado a eliminar o conteúdo sinalizado e não o fez. Destacou-se ainda que por se mantido inerte estaria caracterizado o "ato ilícito, no mínimo culposos", pois deixou de proceder com a solicitação requerida. Posteriormente, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve a sentença, a qual aplicava a responsabilidade civil objetiva do Google pela sua inércia após a notificação que requeria a retirada do conteúdo violador dos direitos autorais ⁸⁹.

Para tanto, de acordo com João Quinelato de Queiroz:

Em síntese, o juízo de primeira e segunda instância assentaram que (i) a responsabilidade civil do provedor de conteúdo por violação de Direito Autoral por fato cometido antes da vigência do Marco Civil seria subjetiva e (ii) a inércia do provedor após ser notificado extrajudicialmente é determinante para a responsabilidade civil pela violação de direitos autorais

Em sede de Recurso Especial o Ministro Relator Luís Felipe Salomão, entendeu que é necessário o descumprimento de uma ordem judicial para que os provedores sejam responsabilizados por atos praticados por terceiros, permanecendo o entendimento de que o não cumprimento de uma norma extrajudicial não já seria o suficiente para que ocorresse essa responsabilização do provedor.

No caso em questão o Relator após análise, verificou que o Google não deveria ser responsabilizado pela disponibilização ilegal do material jurídico em seu site, recorrendo ao direito comparado para chegar a essa conclusão. Conforme analisou Eduardo Magrani sobre o caso em tela:

o STJ, por sua vez, considerou que o Orkut era uma rede social destinada primordialmente à troca de mensagens. Isto é, a arquitetura dessa rede social não previa materialmente os meios necessários para a violação de direitos (não fornecia instrumento tecnológico de compartilhamento de arquivos nem o caminho para download de obras protegidas pelo direito

⁸⁹ QUEIROZ, João Quinelato de. *Aplicabilidade do Marco Civil da Internet na responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais na internet*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 5, n. 2, 2016. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Queiroz-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf> > . Acessado em: 14/11/2017.

de autor), ao contrário do Napster. Portanto, não se verifica responsabilidade contributiva. Além disso, considerou-se não haver comprovação de lucratividade do Google com os ilícitos praticados pelos usuários, afastando-se a responsabilidade vicária⁹⁰.

Houve também a verificação por parte do tribunal do fato do Google ter se mantido inerte mesmo após ter ocorrido uma notificação extrajudicial para que fosse removido o conteúdo ilícito. Isto é, o Google, mesmo sabendo da violação cometida em seu site não cumpriu com o que foi solicitado.

Mesmo assim, não houve a responsabilização do Google perante sua inércia. Firmou-se, então, o entendimento de que mesmo se o provedor de internet se mantenha inerte perante uma notificação extrajudicial, esta não será considerada uma violação ao ponto de voltar a lide contra o provedor.

Ou seja, conforme analisa Eduardo Magrani:

o provedor que fica inerte quanto à notificação extrajudicial do titular do direito autoral não pode ser responsabilizado pelos danos causados anteriormente à notificação, mas apenas em relação aos prejuízos decorrentes de sua omissão. (...) Ou seja, para o STJ, o provedor não pode ser responsabilizado diretamente pelos prejuízos resultantes da pirataria, mas apenas pelos danos causados após descumprir a notificação extrajudicial que requerer a retirada do conteúdo ilícito. Como esses danos posteriores não foram comprovados no caso concreto, o Google não foi condenado a pagar indenização⁹¹.

É muito importante destacar que a decisão aqui comentada ocorreu antes da entrada em vigor do Marco Civil da internet e, que mas o Ministro Luis Felipe Salomão utilizou-se do referido diploma legal, baseando-se no fato de que no caso concreto, apesar da lide ter nascido antes da disciplina legal sobre o tema, seria correto aplica-la para que seja exercido o papel uniformizador da jurisprudência pátria.

⁹⁰ MAGRANI, Eduardo. *Violação Autoral em Redes Sociais*. Observatório do Marco Civil da Internet, 2017. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/jurisprudencia/128/violacao-autoral-em-redes-sociais/>> Acessado em 14/11/2017.

⁹¹ MAGRANI, Eduardo. *Violação Autoral em Redes Sociais*. Observatório do Marco Civil da Internet, 2017. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/jurisprudencia/128/violacao-autoral-em-redes-sociais/>> Acessado em 14/11/2017.

Assim, conforme apontou João Quinelato de Queiroz, o STJ nesse caso entendeu que:

“deveria ser afastada a responsabilidade civil da Google essencialmente por duas razões (a) a estrutura da rede social em questão – Orkut – e a postura do provedor não contribuíram decisivamente para a violação de direitos autorais; (b) não se vislumbram danos materiais que possam ser imputados à inércia do provedor de internet.”⁹²

Ainda sobre o tema, Claudio de Lucena Neto diz que a aplicação empregada pelo STJ para decidir o presente caso está baseado no Princípio de Manila⁹³. Assim, o fundamento acima limita a responsabilização dos provedores de internet perante terceiros.

Portanto, verifica-se que de acordo com argumentação utilizada pelo STJ a plataforma não induz à violação dos direitos autorais, nem fornece meios específicos para que ocorra a disponibilização desses conteúdos em sua rede. Ainda, cabe ressaltar que o provedor não obteve lucro perante a reprodução de obras alheias em sua plataforma.

É perante as observações destacadas acerca da decisão do STJ, no caso em questão, que passaremos a analisar a responsabilidade pela reprodução indevida de conteúdos disponibilizados nas redes sociais.

Entretanto, o argumento do STJ expostos acima, utilizado pelo Ministro Relator para afastar a responsabilidade civil do provedor, não deveria prosperar, pois conforme foi apontado pelo juízo de primeiro grau e confirmado em sede de

⁹² QUEIROZ, João Quinelato de. *Aplicabilidade do Marco Civil da Internet na responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais na internet*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 5, n. 2, 2016. Disponível em: < <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Queiroz-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf> > . Acessado em: 14/11/2017.

⁹³ Claudio de Lucena Neto define Princípio de Manila como sendo "uma orientação internacional de referência de boas práticas na responsabilização de intermediários, discutida e acordada por uma coalizão da comunidade global envolvida com a governança da Internet. Entre outros standards mínimos em situações como a do caso comentado, os Princípios recomendam a excepcionalidade na responsabilização de plataformas por conteúdo de terceiros, a exigência de decisão judicial para a indisponibilização de conteúdos, a proporcionalidade e o respeito ao devido processo legal. Os Princípios de Manila têm sido implementados, com amplitudes distintas, em várias legislações nacionais"

apelação pelo TJMG, a inércia do Google após tomar conhecimento da violação ocorrida, por meio de notificação extrajudicial, mostra que este corroborou com a prática ilícita das condutas mencionadas no artigo 104 da LDA.

O i. julgador apontou ainda que o Google não havia violado de forma direta os direitos autorais, como demonstra em seu voto “fica claro que a Google não violou diretamente direitos autorais, seja editando, contrafazendo ou distribuindo obras protegidas, seja praticando quaisquer dos verbos previstos nos arts. 102 a 104 da Lei n. 9.610/1998”.

Assim, o que deve ser entendido no presente caso é que por mais que o Orkut não tenha disponibilizado ele mesmo o conteúdo e não tivesse a opção de download desse material é evidente que houve uma colaboração com a divulgação desses conteúdos.

Nesse sentido, dispõe Marcelo Frullani Lopes:

De fato, é correto o entendimento de que, em regra, a responsabilidade do provedor decorrente de violação de direito autoral cometida por terceiro começa a partir do momento em que descumprir a notificação extrajudicial, abrangendo apenas os danos posteriores a essa data; todavia, apesar de o STJ não ter tratado deste ponto, se o provedor incentivar a violação, fornecendo instrumentos tecnológicos que facilitem a prática da pirataria (responsabilidade contributiva) ou que lucre com os ilícitos praticados pelos usuários (responsabilidade vicária), deve ser responsabilizado pelos danos desde o momento em que o ilícito foi praticado pelo terceiro. Dessa forma, o mais lógico seria que tal responsabilização decorresse simplesmente da conduta ofensiva aos direitos autorais, independentemente de comunicação extrajudicial; ou seja, a exigência de notificação como pressuposto da responsabilização civil dos provedores não deve ser aplicada a todos os casos⁹⁴.

Ainda, não se pode ignorar que o Marco Civil traz, nos artigos 19 §2º e artigo 31, como já mencionado anteriormente na presente monografia, faz uma ressalva exigindo de forma expressa que haja uma ordem judicial específica para a retirada de conteúdos apontados como ilegais quando tratar-se de infrações a Direitos

⁹⁴ LOPES, Marcelo Frullani. A responsabilidade civil do provedor no Marco Civil da Internet. Justificando. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/14/a-responsabilidade-civil-do-provedor-no-marco-civil-da-internet/>> Acessado em 12/11/2017.

Autorais. Sendo assim, diante do que foi abordado ao longo do capítulo não se pode exigir que houvesse uma ordem judicial específica, principalmente quanto ao REsp 1.512.647-MG.

CONCLUSÃO

Sendo assim, diante do que foi exposto no presente trabalho, é possível concluir que a partir do surgimento da internet as formas de comunicação estão sendo constantemente modificadas. A cada momento surge um meio diferente que permite a propagação de seus conteúdos numa velocidade nunca vista anteriormente. Logo, é inegável que o compartilhamento de informações se tornou uma realidade para a sociedade nos dias de hoje.

Atualmente, verifica-se que as informações transmitidas pela rede são controladas, em sua grande parte, por regimes de propriedade, como os direitos autorais. Além disso, conforme foi verificado ao longo do trabalho a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) continua a ter sua vigência no mundo virtual, da mesma maneira que no mundo físico.

Entretanto, o aumento desregrado da propagação de conteúdos pela internet gera uma necessidade de tutela mais específica, tendo em vista que as informações publicadas, principalmente aqueles propagados via redes sociais, nem sempre respeitam as normas de direitos autorais. Nesse sentido, diante da facilidade e rapidez com que esses assuntos são difundidos, há uma violação das normas estabelecidas, por conta da dificuldade na fiscalização e atribuição do verdadeiro responsável pelo compartilhamento indevido.

Ainda, é válido destacar que a Lei de Direitos Autorais é antiga comparada à velocidade em que a tecnologia se renova. Logo, somente essa norma não é suficiente para proteger os conteúdos disponibilizados indevidamente nas redes e apontar o responsável por essa conduta.

Ainda, a LDA pode ser considerada anacrônica com relação à realidade social atual, tornando-se insuficiente para a proteção dos direitos autorais, pois não há uma regulação quanto à forma de controle dos conteúdos que são disponibilizados, além de ser inflexível com relação a determinadas utilizações previstas na Constituição,

como o cesso à cultura⁹⁵. Motivo pelo qual a aplicação, por analogia, das normas de 1998 ao âmbito da internet pode resultar em enrijecimento injustificado da proteção autoral.

Nesse sentido, a proteção de direitos autorais atual é obsoleta, pois além das falhas de fiscalização e apuração da responsabilidade pela disponibilização de conteúdos de forma imprópria, sua complexidade, custo e burocracia tornam inacessível ao autor moderno a proteção da sua obra.

Por mais que pela LDA não exija a necessidade de registro prévio dos conteúdos que são disponibilizados nas redes sociais, por sua vez ela também não dispõe sobre como deveria ocorrer à fiscalização desses conteúdos. Ou seja, é necessária a edição de uma lei mais específica, principalmente quando se trata em atribuir a responsabilidade pela reprodução do conteúdo. Qualquer conteúdo que tenha sido copiado pelo usuário será considerado uma infração aos direitos autorais, ao menos que pertença ao domínio público ou faça a indicação correta do verdadeiro autor da obra.

Nesse sentido, verificou-se que há uma necessidade em criar um sistema próprio para regulamentar o que está sendo compartilhado pelos usuários dos provedores de internet de forma mais eficiente, que consiga diferenciar as plataformas digitais de compartilhamento.

Para tanto, após a análise da lei de direitos autorais vigente atualmente, foi possível apontar como falhas: 1) a falta de fiscalização própria, efetiva, do conteúdo que é disponibilizado na internet, principalmente nas redes sociais; 2) a inflexibilidade da lei que não acompanhou as mudanças tecnológicas e não coopera para a disseminação das informações; 3) a complexidade, custo e burocracia que tornou inacessível ao autor moderno a proteção da sua obra; 4) a dificuldade em

⁹⁵ LIGUORI FILHO, Carlos Augusto. *Tente outra vez: o anteprojeto de reforma da lei de direitos autorais, sua compatibilidade na sociedade da informação e a espera pela reforma que nunca chega*. Dissertação (Mestrado em Direito). FGV. São Paulo. 2016. Disponível em 10/10/2017. Acessado em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17603>.

atribuir o responsável pelo compartilhamento indevido dos conteúdos disponibilizados nas redes sociais; 5) o uso da norma atual como analogia não é a forma mais adequada de aplicar os direitos autorais na *web*.

Assim, a partir da entrada em vigor do Marco Civil da Internet, foram utilizadas medidas protetivas para tentar equilibrar os interesses dos usuários e o dos provedores. O presente trabalho buscou responder se o MCI trouxe medidas protetivas suficientes para a os direitos autorais nas redes sociais ou se a LDA já seria suficiente para tanto.

Portanto, após análise de toda norma vigente, a resposta a ser exposta aqui é a negativa, tendo em vista que o Marco Civil da Internet não aborda a proteção dos direitos autorais, por previsão expressa do art. 19 §2º e do art. 31, remetendo a matéria para a legislação em vigo, que é a LDA, a qual está visivelmente antiquada para proteger os interesses sociais e os direitos autorais que circulam no meio virtual.

Ainda, a LDA é insuficiente para a proteção dos diretos autorais, pois não há uma regulação quanto à forma de controle dos conteúdos que são disponibilizados, além de ser inflexível com relação a determinadas utilizações previstas na Constituição, como o cesso à cultura, motivo pelo qual a aplicação, por analogia, das normas de 1998 ao âmbito da internet pode resultar em enrijecimento injustificado da proteção autoral.

Nesse sentido, a proteção de direitos autorais atual é obsoleta, pois além das falhas de fiscalização e apuração da responsabilidade pela disponibilização de conteúdos de forma imprópria, sua complexidade, custo e burocracia tornam inacessível ao autor moderno a proteção da sua obra.

Nesse sentido, apesar da entrada em vigor do Marco Civil da Internet, a proteção dos direitos do autor continua insuficiente, conforme se denota do §2.º do art. 19 e do art. 31 da Lei Federal 12.965/14.

Ato contínuo, verificou-se a possibilidade em atribuir aos provedores de internet a responsabilidades por conteúdos compartilhados por terceiros, quando há violações nítidas de direitos autorais. Contudo essa responsabilização não deve ser irrestrita. Assim, o Marco Civil da Internet trouxe mudanças nesse âmbito, mas não regulou quando a violação se refere aos direitos autorais, conforme artigos 19 §2º e artigo 31 do MCI.

Portanto, é possível concluir que a atribuição da responsabilização pelo compartilhamento indevido de conteúdos por meio das redes sociais deve ser normatizada por uma lei específica a respeito do tema. Assim, se faz necessária uma reforma na LDA, para que esta se adapte a nova realidade dos meios de informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Elayne Cristina Machado de; LIMA, Luiza Rosa Barbosa de. **Direito constitucional à informação e proteção à propriedade intelectual no ciberespaço: (in) eficácia do regime jurídico do direito de autor no ciberespaço**. João Pessoa: Direito e Desenvolvimento. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/259>>. Acessado em: 22/10/2017.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito autoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 3.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2003. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>> Acessado em: 20/10/2017.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BRANCO, Sérgio. **Série especial Direito e Internet no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, 2016. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/02/160214_Publicac%CC%A7a%CC%83o_PT-BR_Serie-especial-direito-e-internet.pdf> Acessado em 12/11/2017.

BRASIL. Lei n. 9.610, de fevereiro de 1998. **Direitos Autorais**, Brasília, DF, fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm> Acesso em: 15/10/2017.

BRASIL. Lei n. 12.965, de abril de 2014. **Marco Civil da Internet**, Brasília, DF, abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: 12/11/2017

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3133**, de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534039>> Acessado em 12/11/2017.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COSTA, Thabata Filizola. **O plágio de obras constantes na internet**. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://thabatafc.jusbrasil.com.br/artigos/325237004/o-plagio-de-obras-constantes-na-internet>> Acessado em 20/10/2017.

CURI, Claudia. **O direito autoral e sua tutela penal na internet**. Direito.net. 2004. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1639/O-direito-autoral-e-sua-tutela-penal-na-internet>> Acessado em 11/10/2017.

DE ARAÚJO, Elayne Cristina Machado; DE LIMA, Luiza Rosa Barbosa. **Direito Constitucional à Informação e Proteção à Propriedade Intelectual no Ciberespaço: (In) Eficácia do Regime Jurídico do Direito de Autor no Ciberespaço**. João Pessoa: Revista Direito e Desenvolvimento, 2014. v. 5, n. 10, p. 57-76. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5aW2zfQ35-MJ:https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/download/259/241+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=BR>> Acessado em 20/10/2017.

DE TEFFÉ, Chiara Spadaccini; DE MORAES, Maria Celina Bodin. **Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil. Análise a partir do Marco Civil da Internet**. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, 2017, v.22.1. p.108-146. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/6272/pdf>> Acesso em: 12/11/2017.

EVARISTO, Silvana Aparecida Cardoso; CESAR, Claudio Evaristo. **Direito x internet**. Rio Grande, Âmbito Jurídico. XVII, n. 127, 2014. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/%3Fn_link%3Drevista_artigos_leitura%26artigo_id%3D11520%26revista_caderno%3D25?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14255&revista_caderno=17>. Acesso em: 12/11/2017.

FERREIRA, Aurélio. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Belo Horizonte, 1995.

FRAGOSO, João Henrique da Rocha. **Direito Autoral: Da Antiguidade à Internet**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 108.

GANDELMAN, Henrique. **De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital**. 4. ed.. Rio de Janeiro: Record. 2001.

KONOPACKI, Marco. **O que a regulamentação do Marco Civil da internet traz de novo?** Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio. 2016. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/o-que-a-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-marco-civil-da-internet-traz-de-novo-28d2149854c5>> Acessado em: 12/11/2017.

LEMONS, Ronaldo; BRANCO JÚNIOR, Sérgio Viera. **Copyleft, Software Livre e Creative Commons: A nova Feição dos Direitos Autorais e as Obras Colaborativas**. Biblioteca Digital. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2796/Copyleft_Software_Livre_e_CC_A_Nova%20Feicao_dos_Direitos_Autorais_e_as_Obras_Colaborativas.pdf?sequence=1>. Acessado em 22/10/2017.

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e privacidade na internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LIGUORI FILHO, Carlos Augusto. **Tente Outra Vez: O anteprojeto de reforma da lei de direitos autorais, sua compatibilidade na sociedade da informação e a espera pela reforma que nunca chega**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17603>> Acessado em: 23/10/2017.

LOPES, Marcelo Frullani. **A responsabilidade civil do provedor no Marco Civil da Internet**. Justificando, 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/14/a-responsabilidade-civil-do-provedor-no-marco-civil-da-internet/>> Acessado em 12/11/2017.

MARCONDES, Thereza Cristina Bohlen Bitencourt. **Direitos autorais: nem tudo que está na internet você pode usar**. Conteúdo Jurídico, Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.39901&seo=1>>. Acesso em: 20/10/2017.

MAGRANI, Eduardo. **Violação Autoral em Redes Sociais**. Observatório do Marco Civil da Internet, 2017. Disponível em: <<http://www.omci.org.br/jurisprudencia/128/violacao-autoral-em-redes-sociais/>> Acessado em 14/11/2017.

MARTINS FILHO, Plínio. **Direitos Autorais na Internet A Internet e sua inserção no sistema de direitos autorais**. São Paulo: Scielo. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200011> Acessado em 21/10/2017.

MENEZES, Elisângela Dias. **Curso de direito autoral**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

PIERRE, Luiz AA. **Direito de autor - Algumas limitações legais. Pensamento & Realidade**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA. ISSN. 2005. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8428>>. Acessado em 20/10/2017.

PRADO, Luís Fernando Chaves. **Entrevista ao Justificando**. 2015. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/09/nao-ha-ainda-regulamentacao-especifica-para-o-direito-autoral-na-internet-diz-especialista/>> Acesso em: 25/11/2017.

QUEIROZ, João Quinelato de. **Aplicabilidade do Marco Civil da Internet na responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais na internet**. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 5, n. 2, 2016. Disponível

em:< <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Queiroz-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf>> . Acessado em: 14/11/2017.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no Fotolog.com**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SALCO, Nathália Ceratti, **Direito Autoral e Internet (Encontros e Desencontros)**, Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2013. p.9.

SCALIONI, Fernando Gualberto. **A Lei e as Redes Sociais: tire suas dúvidas sobre o alcance do direito no mundo virtual**. Valladolid. Disponível em: <<http://www.valladao.com.br/blog/lei-e-as-redes-sociais-tire-suas-duvidas-sobre-o-alcance-do-direito-no-mundo-virtual/>> Acesso em: 12/11/2017.

SOMBRA, Thiago. **Direitos Autorais na Internet após o Marco Civil**. Jota. 2016. Disponível em: <<https://jota.info/colunas/agenda-da-privacidade-e-da-protecao-de-dados/direitos-autorais-na-internet-apos-o-marco-civil-27122016>> Acessado em 24/10/2017.

SOUZA, Carlos Affonso; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. **Responsabilidade dos provedores por conteúdos de terceiros na internet**. Revista Consultor Jurídico, 2017. Disponível em:<<https://www.conjur.com.br/2017-jan-23/responsabilidade-provedor-conteudo-terceiro-internet>> Acessado em 12/11/2017.

STEPHANIE, Barbara ; SILVA, Karlyson Carvalho SilvaKarlyson Carvalho. **As influências das redes sociais no Direito**. Jus.com. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56649/as-influencias-das-redes-sociais-no-direito>> Acessado em 12/11/2017.

VIEIRA, Alexandre Pires. **Direito Autoral na Sociedade Digital (Versão Beta)**. São Paulo, 2011, p.31.